

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 09/2022**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2022**  
**PROCESSO N.º 15.352/2022**  
**LEI 13.019/2014 – ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (OSC)**

**OBJETO: ATIVIDADES DE MUSICALIZAÇÃO** nas Escolas Municipais de Educação Infantil Integral (EMEIs) aos alunos na faixa etária de 3 anos e 11 meses a 5 anos e nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) aos alunos dos anos iniciais, 1º ano ao 5º ano, e **ATIVIDADES DE PRÁTICA INSTRUMENTAL E DE CORAL** aos alunos das EMEFS.

**RECIBO**

A OSC \_\_\_\_\_, CNPJ  
\_\_\_\_\_, Endereço \_\_\_\_\_, Telefone: \_\_\_\_\_, email:  
\_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_, neste ato representada por Sr. (a)  
\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº  
\_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que retirei o Edital de Chamamento Público  
nº \_\_\_\_\_ Processo nº \_\_\_\_\_ e deseja ser informada de qualquer alteração do  
edital, suspensão e/ou revogação do processo de chamamento público pelo e-mail  
\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

**OBSERVAÇÕES:**

1- Este recibo deverá ser remetido a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SETOR DAS PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR, através do e-mail [terceirosetor@edu.mogiguacu.sp.gov.br](mailto:terceirosetor@edu.mogiguacu.sp.gov.br), para eventuais comunicações aos interessados, quando necessário.

2- Toda informação adicional deste certame será divulgada conforme exigência em lei, faz-se saber que o não envio deste documento preenchido corretamente, exime a administração da obrigação de qualquer eventual informação deste chamamento público a OSC participante.

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2022**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2022**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15.352/2022**  
**Lei 13.019/2014 – Organização da Sociedade Civil (OSC)**

O **MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU**, órgão público, inscrito no CNPJ sob o nº 45.301.264/0001-13, isenta de Inscrição Estadual, com sede na Rua Henrique Coppi, nº 200, Morro do Ouro, Mogi Guaçu/SP – CEP 13.820-641, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Rodrigo Falsetti, CPF/MF nº 268.525.708-00, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar **CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, visando à celebração de **TERMO DE COLABORAÇÃO**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento obedecerá à Lei Federal nº 13.019/2014 e Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022, bem como à legislação correlata, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

**ENTREGA DOS ENVELOPES:**

Data: 24/10/2022 a 23/11/2022

Horário: 09h às 12h e 14h às 16h

**SESSÃO DE ABERTURA:**

Data: 25/11/2022

Horário: 09h30

**LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES:**

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – *SETOR DAS PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR*: localizado na Avenida dos Bandeirantes, nº 945 – Parque Cidade Nova – Mogi Guaçu/SP, CEP 13.845-440.

**LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DO CERTAME:**

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – *SETOR DAS PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR*: localizado na Avenida dos Bandeirantes, nº 945 – Parque Cidade Nova – Mogi Guaçu/SP, CEP 13.845-440.

**1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**

**1.1.** A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de Mogi Guaçu/SP por meio da formalização de **TERMO DE COLABORAÇÃO**, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

**1.2.** O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pela Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

**1.3.** Será selecionada uma única proposta, observada a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO.

## **2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO (art. 24, III da Lei 13.019/14)**

**2.1.** O TERMO DE COLABORAÇÃO terá por objeto **ATIVIDADES DE MUSICALIZAÇÃO nas Escolas Municipais de Educação Infantil Integral (EMEIs) aos alunos na faixa etária de 3 anos e 11 meses a 5 anos e nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) aos alunos dos anos iniciais, 1º ano ao 5º ano, e ATIVIDADES DE PRÁTICA INSTRUMENTAL E DE CORAL aos alunos das EMEFS**, para execução no Município de Mogi Guaçu/SP, conforme os Anexos IV e V do presente Edital.

**2.1.1.** As atividades serão desenvolvidas em unidades de ensino selecionadas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação a partir do estudo e análise do projeto político pedagógico das escolas, das dificuldades de acesso às atividades culturais devido a localização das mesmas e dos índices de desenvolvimento das aprendizagens dos alunos segundo as avaliações externas, abaixo segue a projeção de formação de salas para atendimento da demanda:

### **2.1.1.1.** Demanda prevista para atendimento:

<b>EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL</b>	<b>SALAS</b>	<b>ATIVIDADES</b>
EMEI Mário Vedovello	06	Musicalização
EMEI Adriana Missio	05	Musicalização
EMEI Ver. Jayme Pansani	02	Musicalização
EMEI Ver. João Veridiano Franco	05	Musicalização
EMEI Hermínio Zanco	04	Musicalização
EMEI Martinho Prado	03	Musicalização

<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>SALAS</b>	<b>ATIVIDADES</b>
EMEF Prof. Antonio Carnevalle Filho	17	Musicalização
EMEF Profa. Isaura Ana de Freitas Campos	28	Musicalização
EMEF Pe. Estevo Fernando Laurindo	10	Musicalização
EMEF Prof. Geraldo Sorg	20	Musicalização
EMEF Emília Vedovello Pedroso	10	Musicalização
EMEF Profa. Iná Ap. de O. Marconi	19	Musicalização
EMEF Prefeito Carlos Franco de Faria	10	Musicalização
EMEF Profa. Cleonice Ap. Cruz K. Thiele	18	Musicalização

EMEB Prof. Ubirajara Ramos	17	Musicalização
EMEF Profa. Claudina de Oliveira Ramos	14	Musicalização
CEAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado	04	Musicalização

ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL	SALAS	ATIVIDADES
EMEF Emília Vedovello Pedroso	02	Musicalização
EMEF Profa. Isaura Ana de Freitas Campos	05	Musicalização

ENSINO FUNDAMENTAL	SALAS	ATIVIDADES
EMEF Antonio Giovani Lanzi	03 oficinas	Prática Instrumental
EMEF Profa. Cleonice Ap. Cruz K. Thiele	03 oficinas	Prática Instrumental
EMEF Pe. Estevo Fernando Laurindo	03 oficinas	Prática Instrumental
EMEB Prof. Ubirajara Ramos	02 oficinas	Prática Instrumental
EMEF Profa. Claudina de Oliveira Ramos	04 oficinas	Prática de Coral
EMEF Prefeito Waldomiro Calmazini	02 oficinas	Prática Instrumental

2.1.1.2. A quantidade de turmas e oficinas está diretamente relacionada à demanda existente e à infraestrutura da unidade de ensino, devendo a Organização da Sociedade Civil, apresentar cópia do planejamento pedagógico anual para ser validado pela Supervisão Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

2.2. Objetivos da parceria – Plano de Trabalho e Termo de Referência – Anexos IV e V:

#### OBJETIVO GERAL:

Fortalecer o ensino da musicalização desenvolvendo a atenção, coordenação motora e percepção sensorial, incentivando o trabalho em grupo com atividades lúdicas e jogos através da percussão corporal e experimentação dos sons, bem como a prática instrumental.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar e apreciar diversas formas e gêneros musicais reconhecendo a função da música;
- Reconhecer e explorar os elementos da música: altura, duração, intensidade, timbre, melodia, ritmos, utilizando fontes sonoras diversas: corpo, natureza, objetos cotidianos, instrumentos musicais entre outros, por meio de jogos, brincadeiras, canções e apreciação musical;

- Experimentar improvisações e sonorização de histórias, utilizando vozes, sons corporais, instrumentos musicais convencionais e não-convencionais, individual ou coletivamente;
- Iniciar o aluno à prática instrumental e de coral utilizando vasto repertório de melodias folclóricas, música popular e música erudita;
- Desenvolver apresentações culturais para a comunidade escolar e comunidade geral nas unidades escolares onde o objeto é executado para que conheçam e valorizem a cultura musical do município.

### 3. JUSTIFICATIVA

A Lei nº 11.769, publicada no *Diário Oficial* da União no dia 19 de agosto de 2008, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) — nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — e tornou obrigatório o ensino de música no ensino fundamental e médio. A música era conteúdo optativo na rede de ensino, a cargo do planejamento pedagógico das secretarias estaduais e municipais de educação. No ensino geral de artes, a escola poderia oferecer artes visuais, música, teatro e dança.

Com a alteração da LDB, a música passou a ser o único conteúdo obrigatório, mas não exclusivo. Ou seja, o planejamento pedagógico deve contemplar as demais áreas artísticas.

A música desenvolve na educação um importante papel, no qual contribui para instigar o desenvolvimento cognitivo/linguístico, psicomotor e socioafetivo da criança, dando a ela a oportunidade de conhecimento e valorização da vida e, por apresentar caráter interdisciplinar, é favorável sua inserção no currículo escolar.

Para Teca Alencar de Brito (1998), doutora e mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, “aprender música significa ampliar a capacidade perceptiva, expressiva e reflexiva com relação ao uso da linguagem musical”. É importante que no processo de musicalização a preocupação maior seja com o desenvolvimento geral das crianças, assegurado pelas aprendizagens de aptidões complementares àquelas diretamente relacionadas às músicas. É importante também, que cada um dos procedimentos musicais tenha por objetivo promover o desenvolvimento de outras capacidades nas crianças, além das musicais, tais como: capacidade de integrar-se no grupo, de autoafirmar-se de cooperar de respeitar os colegas e professores, comportar-se de uma forma tolerante de ser solidário e cooperativo em vez de competitivo, de ouvir com atenção, de interpretar e de fundamentar propostas pessoais, de comportar-se comunicativamente no grupo, de expressar-se por meio do próprio corpo, de transformar e descobrir formas próprias de expressão, de produzir ideias e ações próprias. Essas são algumas das aptidões que podem ser desenvolvidas por meio de procedimentos de musicalização.

Cabe à musicalização em seu trajeto levar o aluno a expressar-se criativamente através de elementos sonoros. Para Vera Lúcia Pessagno Bréscia (2003), com Mestrado, Doutorado e Pós Doutorado em Psicologia e com especialização em Musicoterapia, a musicalização é um processo de construção do conhecimento, que tem como objetivo despertar e



desenvolver o gosto musical, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, autodisciplina, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação.

Portanto, a Secretaria Municipal de Educação em conformidade com a Lei nº 11.769, que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de Música nas escolas de Educação Básica, considera pertinente o estabelecimento desta parceria, visando a complementação do currículo, de forma a garantir a inserção cultural e artística, promovida pelo desenvolvimento, não só das habilidades musicais, bem como ao desenvolver o gosto pela música.

#### **4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO**

**4.1.** Poderão participar deste Processo de Chamamento Público as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019/2014 (com redação dada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015):

a) entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para COLABORAÇÃO, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social; ou

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

**4.2.** Para participar deste Processo de Chamamento Público, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) declarar, conforme modelo constante no **Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância**, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

**4.3. Não é permitida a atuação em rede.**

#### **5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

**5.1.** Para a celebração do TERMO DE COLABORAÇÃO, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, *caput*, inciso I, e art. 35, *caput*, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- b) ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, *caput*, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014);
- c) ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, *caput*, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- d) possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- e) Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho (art. 33, *caput*, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- f) possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;
- g) apresentar certidões de regularidade fiscal (Certidão de Regularidade de Débitos Tributários de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; Certidão de Regularidade quanto à dívida Ativa da União Conjunta; Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), regularidade previdenciária, de contribuições, regularidade trabalhista.
- h) apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta comercial (art. 34, *caput*, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);
- i) apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme **Anexo III – Declaração do Art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e Relação dos Dirigentes da Entidade** (art. 34, *caput*, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, *caput*, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);

k) atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a OSC se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014); e

l) apresentar registro da organização da sociedade civil em Conselho Municipal, Estadual ou Federal, quando a legislação assim condicionar sua capacitação para atuar ou de firmar Parceria com a Administração Pública;

m) declaração de que a OSC não deve prestações de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

n) declaração de que não emprega menor, conforme disposto no art.7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

o) declaração do representante legal da OSC informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas na lei;

p) plano de trabalho;

q) declaração de funcionamento;

**5.2. Ficar impedida de celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO a OSC que:**

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, *caput*, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, *caput*, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, *caput*, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, *caput*, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

e) tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, *caput*, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, *caput*, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);ou

g) tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada



responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, **caput**, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

## 6. COMISSÃO DE SELEÇÃO

**6.1.** A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, a ser constituída na forma de Decreto, sendo composta por 05(cinco) ou 07 (sete) membros, que deverá emitir relatório técnico com base na análise das propostas apresentadas no plano de trabalho e na documentação apresentada pela organização da sociedade civil, previamente à etapa de avaliação das propostas. (art. 27, § 1º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**6.2.** Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**6.3.** A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**6.4.** Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

**6.5.** A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

**6.6.** A Comissão de Seleção do presente Processo de Chamamento Público será designada por Decreto Municipal e publicada no Diário Oficial do Município.

## 7. DA FASE DE SELEÇÃO

**7.1.** A fase de seleção observará as seguintes etapas:

**Tabela 1**

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	22/10/2022
2	Envio das propostas pelas OSCs.	30 dias 24/10/2022 a 23/11/2022
3	Etapa competitiva de avaliação e julgamento das propostas pela Comissão de Seleção.	25/11/2022
4	Divulgação do resultado preliminar.	29/11/2022

5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	5 (cinco) dias contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	5 (cinco) dias após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	13/12/2022 (esta data é estimada)

7.2. Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (arts. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

### 7.3. Etapa 1: Publicação do Edital de Chamamento Público.

7.3.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do Município de Mogi Guaçu, *na internet pelo site: [www.mogiguacu.sp.gov.br](http://www.mogiguacu.sp.gov.br)* e na Imprensa Oficial (Diário oficial do Município e Diário Oficial do Estado) com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

### 7.4. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs

7.4.1. As propostas serão apresentadas pelas OSCs, e deverão ser encaminhadas em um envelope fechado e rubricado no fecho, opaco, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE 1 - PROPOSTA TÉCNICA e PREÇOS  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2022  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 09/2022  
A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU  
(RAZÃO SOCIAL DA OSC)  
CNPJ Nº XXXX**

7.4.2. Será admitido o encaminhamento do envelope por via postal ou outro meio similar de entrega, mediante recibo ou aviso de recebimento, desde que entregues até **1 (uma) hora** antes da abertura da sessão pública.

7.4.3. Nessa hipótese, o envelope de proposta deverá ser acondicionado em invólucro único, endereçado diretamente à Comissão de Seleção, com a seguinte identificação:

**A COMISSÃO DE SELEÇÃO  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2022  
SESSÃO EM 25/11/2022, ÀS 9H30  
(RAZÃO SOCIAL DA OSC)  
CNPJ Nº XXXX**

**7.4.4. DA PROPOSTA TÉCNICA** – a proposta técnica deverá ser elaborada nos termos dos **Anexos IV e V**, ser emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas em uma única via impressa, ter suas folhas numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente. **Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (CD ou pen drive) da proposta.**

**7.4.5. Deverão acompanhar a Proposta e dela fazem parte integrante os seguintes documentos:**

- a) declarar, conforme modelo constante no **Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância**, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;
- b) ficha de inscrição para credenciamento para participação na sessão pública do certame, conforme anexo VI.

**7.4.6.** Após o prazo limite para apresentação da proposta, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

**7.4.7.** Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise conforme item 7.4.1. deste Edital.

**7.4.8. Observado o disposto no item 7.5.3 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:**

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

**7.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.**

**7.5.1.** Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

**7.5.2.** A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

**7.5.3.** As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo, observado o contido no **Anexo V – Termo de**

**Referência.**

**7.5.4.** A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

**JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA**

A) As Propostas Técnicas das OSC participantes, serão examinadas, preliminarmente, quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seu(s) Anexo(s). Verificado o atendimento às referidas condições proceder-se-á a avaliação da Proposta Técnica, conforme instruções constantes do(s) Anexo(s).

B) Será atribuída pela Comissão de Seleção a "Nota da Proposta Técnica" (NPT), variando de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, observados basicamente:

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
<b>TÉCNICA</b>		
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.	- Grau pleno de atendimento (40 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (20 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0) <b>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta</b>	40
(B) Adequação da proposta aos objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que se insere a parceria.	- Grau pleno de adequação (20) - Grau satisfatório de adequação (10) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0)	20
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexa entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	- Grau pleno da descrição (20) - Grau satisfatório da descrição (10) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0)	20
(D) Experiência da instituição, considerando o início das atividades relacionadas ao objeto deste edital.	- Será atribuído 0 (zero), se a OSC tiver até 1 (um) ano de experiência no objeto; - Será atribuído 1 (um) ponto para cada ano de experiência comprovado, limitado a 20 pontos.	20
<b>Total de Pontos – Técnica</b>		<b>100</b>

**7.5.5.** A falsidade de informações nas propostas, deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a eliminação da proposta, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

**7.5.6. Serão eliminadas aquelas propostas:**

- cuja pontuação total for inferior a 60 pontos;
- que recebam nota "zero" no critério de julgamento (A); ou ainda que não



contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;

c) que estejam em desacordo com o Edital; ou

**7.5.7.** As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Nota Final cálculos acima especificados;

**7.5.8.** No caso de empate entre duas ou mais propostas, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

#### **7.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar.**

A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial do(a) Município de Mogi Guaçu/SP, *na internet pelo site: [www.mogiguacu.sp.gov.br](http://www.mogiguacu.sp.gov.br)* e Imprensa Oficial (DOM e DOE) iniciando-se o prazo para recurso.

#### **7.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar.**

Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

**7.7.1.** Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, no seguinte endereço: Avenida dos Bandeirantes, nº 945 – Parque Cidade Nova – Mogi Guaçu/SP, CEP 13.845-440, Setor das Parcerias com o Terceiro Setor, das 9h às 11h e das 13h às 16h, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

**7.7.2.** É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

**7.7.3.** Interposto recurso, a plataforma eletrônica dará ciência dele para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem, no mesmo local: Avenida dos Bandeirantes, nº 945 – Parque Cidade Nova – Mogi Guaçu/SP, CEP 13.845-440, Setor das Parcerias com o Terceiro Setor, das 9h às 11h e das 13h às 16h.

#### **7.8. Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.**

**7.8.1.** Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

**7.8.2.** Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Prefeito Municipal, com as informações necessárias à decisão final.

**7.8.3.** A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste



caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

**7.8.4.** Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

**7.8.5.** O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

### **7.9. Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).**

Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, a administração pública municipal deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

**7.9.1. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).**

**7.9.2.** Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única entidade com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

## **8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO**

**8.1.** A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

**Tabela 2**

<b>ETAPA</b>	<b>DESCRIÇÃO DA ETAPA</b>
<b>1</b>	Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.
<b>2</b>	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.
<b>3</b>	Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.
<b>4</b>	Parecer de órgão técnico e assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO.
<b>5</b>	Publicação do extrato do TERMO DE COLABORAÇÃO no Diário Oficial do Município.

**8.2. Etapa 1: Convocação da OSC selecionada para apresentação do plano de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais.**

Para a celebração da parceria, a administração pública municipal convocará a OSC selecionada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir da convocação, apresentar o seu plano de trabalho e a documentação exigida para comprovação dos requisitos para a celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos legais (arts. 28, caput, 33, 34 e 39 da Lei nº 13.019, de 2014).

**8.2.1.** Por meio do plano de trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento

da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação (em especial o art. 22 da Lei nº 13.019, de 2014), observados os **Anexos IV – Modelo de Plano de Trabalho e V – Termo de Referência para COLABORAÇÃO.**

**8.2.2. O plano de trabalho deverá conter, no MÍNIMO, os seguintes elementos:**

- a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;
- f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e
- g) as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso.

**8.2.3.** A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “e” do item 8.2.2. deste Edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentar a cotação de preços de, no mínimo, 3 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sítios eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico. Para comprovar a compatibilidade de custos de determinados itens, a OSC poderá, se desejar, utilizar-se de ata de registro de preços vigente do Município de Mogi Guaçu.

**8.2.4.** Além da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias úteis, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do *caput* do art. 2º, nos incisos I a V do *caput* do art. 33 e nos incisos II a VII do *caput* do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

- a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

- b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
  - c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;
  - d) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
  - e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
  - f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;
- IV - Certidão de Regularidade de Débitos Relativos a Créditos Tributários Estaduais, Municipais e à Dívida Ativa da União;
- V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
- VI - Certidão de Regularidade de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme **Anexo III – Declaração do Art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e Relação dos Dirigentes da Entidade;**
- VIII - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;
- IX - declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no **Anexo VI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;**
- X - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme **Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;**
- XI- declaração do representante legal da OSC, conforme **Anexo III – Declaração do Art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e Relação dos Dirigentes da Entidade;**
- XII – Ata de eleição e posse da diretoria;
- XIII – Atestado de Funcionamento;
- XIV – Balanço Patrimonial;

**8.2.5.** Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI logo acima.

**8.2.6.** O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada, via postal (SEDEX ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente no endereço informado no item 7.4.1 deste Edital.

### **8.3. Etapa 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.**

Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela administração pública, do atendimento, pela OSC selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

**8.3.1.** No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, a administração pública municipal deverá consultar o Tribunal de Contas do Estado, para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

**8.3.2.** A administração pública municipal examinará o plano de trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

**8.3.3.** Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, a administração pública municipal poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho.

**8.3.4.** Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

**8.3.5.** Em conformidade com o §2º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de celebração e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

### **8.4. Etapa 3: Ajustes no plano de trabalho e regularização de documentação, se necessário.**

**8.4.1.** Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de não celebração da parceria.

**8.4.2.** Caso seja constatada necessidade de adequação no plano de trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em até 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

### **8.5. Etapa 4: Parecer de órgão técnico e assinatura do TERMO DE COLABORAÇÃO.**

**8.5.1.** A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão público municipal, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.



**8.5.2.** A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

**8.5.3.** No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 da fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

**8.5.4.** A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

**8.6. Etapa 5: Publicação do extrato do TERMO DE COLABORAÇÃO no Diário Oficial do Município.**

O TERMO DE COLABORAÇÃO somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública municipal (art. 38 da Lei nº 13.019, de 2014).

**9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO**

**9.1.** Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Unidade: 12.367.2001.2043	Despesa: 3.3.50.39.1	Dotação: 754	TESOURO

**9.2.** O valor máximo de recursos disponibilizados será de **R\$ 964.000,00 (novecentos e sessenta e quatro mil reais)**. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

**9.3.** O valor de referência **R\$ 964.000,00 (novecentos e sessenta e quatro mil reais)**, conforme disposto no **Anexo V – Termo de Referência**. O exato valor a ser repassado será definido no TERMO DE COLABORAÇÃO, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

**9.4.** As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

**9.5.** Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

**9.6.** Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas



com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros).

**9.7.** Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

**9.8.** O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

## **10. CONTRAPARTIDA**

**10.1.** Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

## **11. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1.** O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do(a) Município de Mogi Guaçu/SP *na internet pelo site: [www.mogiguacu.sp.gov.br](http://www.mogiguacu.sp.gov.br)*, e na Imprensa Oficial (DOE e DOM) com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

**11.2.** Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail ***terceirosetor@edu.mogiguacu.sp.gov.br*** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no subitem 7.4.1 deste Edital. A resposta às impugnações caberá ao Prefeito Municipal.

**11.2.1.** Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data-limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail ***terceirosetor@edu.mogiguacu.sp.gov.br***. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

**11.2.2.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

**11.2.3.** Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a

formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

**11.3.** O Município de Mogi Guaçu resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

**11.4. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.**

**11.5.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.

**11.6.** A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

**11.7.** Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

**11.8.** Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;

Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais

Anexo III – Declaração do Art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e Relação dos Dirigentes da Entidade;

Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho;

Anexo V– Termo de Referência;

Anexo VI – Modelo de Ficha de Inscrição para Credenciamento

Anexo VII – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;

Anexo VIII – Minuta do Termo de Colaboração.

Anexo IX – Minuta do Termo de Ciência e Notificação

**Mogi Guaçu/SP, 21 de outubro de 2022.**

**PAULO ALEXANDRE PALIARI**  
Secretário Municipal de Educação

## (MODELO)

### ANEXO I

### DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº ...../2022e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Mogi Guaçu/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## (MODELO)

### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*:

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

*OU*

➤ pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

*OU*

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

*OBS: A organização da sociedade civil **ADOTARÁ UMA DAS TRÊS REDAÇÕES** acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração (Anexar fotos das instalações em anexo).*

Mogi Guaçu/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## (MODELO)

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DO ART. 39 DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 2014, E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, que:

➤ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

#### RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome	Cargo	RG/CPF	Data de Nascimento	Endereço residencial	Telefone	E-mail

➤ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Mogi Guaçu/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



**ANEXO IV**  
**PLANO DE TRABALHO**

**MUSICALIZAÇÃO E PRÁTICA INSTRUMENTAL**  
**ATIVIDADES DE MUSICALIZAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**  
**INFANTIL INTEGRAL (EMEIS) AOS ALUNOS NA FAIXA ETÁRIA DE 3 ANOS E 11**  
**MESES A 5 ANOS E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL**  
**(EMEFS) AOS ALUNOS DOS ANOS INICIAIS, 1º ANO AO 5º ANO, E ATIVIDADES DE**  
**PRÁTICA INSTRUMENTAL E DE CORAL AOS ALUNOS DAS EMEFS.**

**MOGI GUAÇU/SP**  
**2022**

## PLANO DE TRABALHO

### 1. FICHA CADASTRAL

#### 1.1 IDENTIFICAÇÃO DA OSC

OSC: DATA DA FUNDAÇÃO:  
ENDEREÇO: CEP:  
TELEFONE: EMAIL:  
CNPJ: DATA DA FUNDAÇÃO:  
SITE/BLOG:

#### 1.2 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Horário de funcionamento do serviço:  
Horário de funcionamento da OSC:

#### 1.3 RESPONSÁVEL LEGAL PELA OSC - PRESIDENTE

NOME: DN:  
CARGO: PROFISSÃO:  
FORMAÇÃO:  
RG: CPF: TELEFONE:  
ENDEREÇO RESIDENCIAL:  
EMAIL:  
VIGÊNCIA DA DIRETORIA:

#### 1.4 RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO SERVIÇO

NOME: DN:  
FUNÇÃO: FORMAÇÃO:  
PROFISSÃO: REGISTRO PROFISSIONAL:  
RG: CPF: TELEFONE:  
ENDEREÇO:  
EMAIL:

#### 1.5 EQUIPE RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

NOME	CARGO	CPF/REGISTRO
NOME	CARGO	CPF/REGISTRO

#### 1.6 FINALIDADES ESTATUTÁRIAS

1.6.1 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO ESTATUTÁRIA:

## 2. INFORMAÇÕES GERAIS

**2.1 Resumo da proposta:** A proposta visa ao fortalecimento e desenvolvimento das aulas de música nas escolas públicas municipais de Mogi Guaçu, atuando em três frentes: Musicalização na Educação Infantil, Musicalização no Ensino Fundamental e Prática Instrumental e de Coral, observando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Federal nº 9.394 de 20/12/96, especificamente o § 6º, do art. 26, o qual foi alterado pela Lei 11.769, de 18/08/08, devendo ser desenvolvidas com os alunos atividades procedimentais, lúdicas e pedagógicas de musicalização, didaticamente próprias para cada idade, seguindo orientações de profissionais da Secretaria Municipal de Educação.

### 2.2 Público-alvo:

Alunos matriculados na rede municipal de ensino de Mogi Guaçu nas escolas previstas para atendimento no projeto, sendo:

Educação Infantil: alunos de 3 (três) anos e 11 (onze) meses a 5 (cinco) anos;

Ensino Fundamental: alunos dos anos iniciais: 1º ao 5º ano;

Prática Instrumental e de Coral: alunos das escolas municipais de ensino fundamental.

**2.3 Vigência:** 24 meses.

## 3. OBJETO

**Atividades de musicalização** nas Escolas Municipais de Educação Infantil integral (EMEIs) aos alunos na faixa etária de 3 anos e 11 meses a 5 anos e nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) aos alunos dos anos iniciais, 1º ano ao 5º ano, e **atividades de prática instrumental e de coral** aos alunos das EMEFs.

## 4. META ANUAL DE ATENDIMENTO:

**4.1. Demanda prevista para atendimento:**

EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL	SALAS	ATIVIDADES
EMEI Mário Vedovello	06	Musicalização
EMEI Adriana Missio	05	Musicalização
EMEI Ver. Jayme Pansani	02	Musicalização
EMEI Ver. João Veridiano Franco	05	Musicalização
EMEI Hermínio Zanco	04	Musicalização
EMEI Martinho Prado	03	Musicalização

ENSINO FUNDAMENTAL - 1º ao 5º ano	SALAS	ATIVIDADES
EMEF Prof. Antonio Carnevalle Filho	17	Musicalização
EMEF Profa. Isaura Ana de Freitas Campos	28	Musicalização

EMEF Pe. Estevo Fernando Laurindo	10	Musicalização
EMEF Prof. Geraldo Sorg	20	Musicalização
EMEF Emília Vedovello Pedroso	10	Musicalização
EMEF Profa. Iná Ap. de O. Marconi	19	Musicalização
EMEF Prefeito Carlos Franco de Faria	10	Musicalização
EMEF Profa. Cleonice Ap. Cruz K. Thiele	18	Musicalização
EMEB Prof. Ubirajara Ramos	17	Musicalização
EMEF Profa. Claudina de Oliveira Ramos	14	Musicalização
CEAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado	04	Musicalização

ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL	SALAS	ATIVIDADES
EMEF Emília Vedovello Pedroso	02	Musicalização
EMEF Profa. Isaura Ana de Freitas Campos	05	Musicalização

ENSINO FUNDAMENTAL	SALAS	ATIVIDADES
EMEF Antonio Giovanni Lanzi	03 oficinas	Prática Instrumental
EMEF Profa. Cleonice Ap. Cruz K. Thiele	03 oficinas	Prática Instrumental
EMEF Pe. Estevo Fernando Laurindo	03 oficinas	Prática Instrumental
EMEB Prof. Ubirajara Ramos	02 oficinas	Prática Instrumental
EMEF Profa. Claudina de Oliveira Ramos	04 oficinas	Prática de Coral
EMEF Prefeito Waldomiro Calmazini	02 oficinas	Prática Instrumental

## 5. DESCRIÇÃO DA REALIDADE DO OBJETO DA PARCERIA (Art. 22, I da Lei 13.019/14)

A parceria irá atender alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino, as quais estão localizadas em zonas periféricas da cidade ou que estejam distantes dos dispositivos públicos que garantam acesso fácil às atividades culturais do município para que seja ampliado o ensino de música nestas escolas.

Segundo o Mapa de pobreza e desigualdade, da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2003, 18,06% da população guaçuana encontra-se no nível de pobreza.

Em 2020, o salário médio mensal era de 2,6 salários-mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 27,6%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até **meio salário-mínimo por pessoa**, tinha 32,2% da população nessas condições.

Diante deste cenário econômico, o consumo de produtos culturais pelos munícipes acaba sendo baixo, pois eles priorizam seus gastos com alimentação, moradia e saúde.

Deste modo, a parceria com atividades de Musicalização, Prática Instrumental e de Coral garantirá o acesso e o consumo cultural aos alunos da rede pública municipal, além de garantir a aplicação da Lei 11.769/2008.

## 6. JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA

A Lei nº 11.769, publicada no *Diário Oficial* da União no dia 19 de agosto de 2008, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) — nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — e tornou obrigatório o ensino de música no ensino fundamental e médio. A música era conteúdo optativo na rede de ensino, a cargo do planejamento pedagógico das secretarias estaduais e municipais de educação. No ensino geral de artes, a escola poderia oferecer artes visuais, música, teatro e dança.

Com a alteração da LDB, a música passou a ser o único conteúdo obrigatório, mas não exclusivo. Ou seja, o planejamento pedagógico deve contemplar as demais áreas artísticas.

A música desenvolve na educação um importante papel, no qual contribui para instigar o desenvolvimento cognitivo/linguístico, psicomotor e socioafetivo da criança, dando a ela a oportunidade de conhecimento e valorização da vida e, por apresentar caráter interdisciplinar, é favorável sua inserção no currículo escolar.

Para Teca Alencar de Brito (1998), doutora e mestre em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, “aprender música significa ampliar a capacidade perceptiva, expressiva e reflexiva com relação ao uso da linguagem musical”. É importante que no processo de musicalização a preocupação maior seja com o desenvolvimento geral das crianças, assegurado pelas aprendizagens de aptidões complementares àquelas diretamente relacionadas às músicas. É importante também, que cada um dos procedimentos musicais tenha por objetivo promover o desenvolvimento de outras capacidades nas crianças, além das musicais, tais como: capacidade de integrar-se no grupo, de autoafirmar-se de cooperar de respeitar os colegas e professores, comportar-se de uma forma tolerante de ser solidário e cooperativo em vez de competitivo, de ouvir com atenção, de interpretar e de fundamentar propostas pessoais, de comportar-se comunicativamente no grupo, de expressar-se por meio do próprio corpo, de transformar e descobrir formas próprias de expressão, de produzir ideias e ações próprias. Essas são algumas das aptidões que podem ser desenvolvidas por meio de procedimentos de musicalização.

Cabe à musicalização em seu trajeto levar o aluno a expressar-se criativamente através de elementos sonoros. Para Vera Lúcia Pessagno Bréscia (2003), com Mestrado, Doutorado e Pós Doutorado em Psicologia e com especialização em Musicoterapia, a musicalização é um processo de construção do conhecimento, que tem como objetivo despertar e desenvolver o gosto musical, favorecendo o desenvolvimento da sensibilidade, criatividade, senso rítmico, do prazer de ouvir música, da imaginação, memória, concentração, atenção, autodisciplina, do respeito ao próximo, da socialização e afetividade, também contribuindo para uma efetiva consciência corporal e de movimentação.



Portanto, a Secretaria Municipal de Educação em conformidade com a Lei nº 11.769, que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de Música nas escolas de Educação Básica, considera pertinente o estabelecimento desta parceria, visando a complementação do currículo, de forma a garantir a inserção cultural e artística, promovida pelo desenvolvimento, não só das habilidades musicais, bem como ao desenvolver o gosto pela música.

## **7. OBJETIVOS**

### **7.1. OBJETIVO GERAL:**

Fortalecer o ensino da musicalização desenvolvendo a atenção, coordenação motora e percepção sensorial, incentivando o trabalho em grupo com atividades lúdicas e jogos através da percussão corporal e experimentação dos sons, bem como a prática instrumental.

### **7.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Identificar e apreciar diversas formas e gêneros musicais reconhecendo a função da música;
- Reconhecer e explorar os elementos da música: altura, duração, intensidade, timbre, melodia, ritmos, utilizando fontes sonoras diversas: corpo, natureza, objetos cotidianos, instrumentos musicais entre outros, por meio de jogos, brincadeiras, canções e apreciação musical;
- Experimentar improvisações e sonorização de histórias, utilizando vozes, sons corporais, instrumentos musicais convencionais e não-convencionais, individual ou coletivamente;
- Iniciar o aluno à prática instrumental e de coral utilizando vasto repertório de melodias folclóricas, música popular e música erudita;
- Desenvolver apresentações culturais para a comunidade escolar e comunidade geral nas unidades escolares onde o objeto é executado para que conheçam e valorizem a cultura musical do município.

## **8. METODOLOGIA**

Será oferecido aos alunos das EMEI (Escolas Municipais de Educação Infantil – Integral) e EMEF (Escolas Municipais de Ensino Fundamental – ciclo inicial: 1º ao 5º ano) atividades de musicalização ministradas por professores especializados em Música.

Nas EMEI e EMEF de ensino integral, as aulas terão duração de 50 minutos; já nas EMEF de ensino parcial, devem ter, no mínimo, 30 minutos, ambas ocorrerão dentro do período de aula letivo dos alunos.

Durante as aulas, devem ser explorados e identificados os elementos da música, proporcionando aos alunos expressar-se, interagir e ampliar seus conhecimentos, contribuindo assim para despertar o gosto pela música de forma espontânea, facilitando a expressão pessoal deles, através de trabalhos em classe que visem desenvolver o prazer de ouvir, reproduzir e criar música. Promovendo a partir da música, a integração das

crianças, dando-lhes oportunidades de expressar sensações, sentimentos e pensamentos a fim de ampliar seu conhecimento de mundo.

Além da musicalização deverão ser desenvolvidas as oficinas de Prática Instrumental e de Coral para as EMEF. Estas oficinas serão executadas no contraturno escolar e tem como foco a aquisição e o aperfeiçoamento das habilidades para tocar um instrumento musical, oferecendo práticas de metais graves, metais agudos, cordas friccionadas e percussão, além de iniciar as atividades de coral e o desenvolvimento de voz e canto, conforme o projeto político pedagógico das unidades escolares em que serão executadas.

As oficinas de Prática Instrumental devem ser organizadas de modo que sejam desenvolvidas 2 (duas) horas semanais de estudo específico do instrumento musical foco da oficina, 3 (três) horas semanais de prática/ensaio e 3 (três) horas mensais destinadas à apresentação para a comunidade (a apresentação deve incluir as etapas de organização do espaço, dos equipamentos necessários, dos alunos e comunidade escolar e, quando necessário, do transporte para o evento).

Todas as atividades ministradas devem ser previamente planejadas sendo monitorado o alcance dos objetivos pedagógicos pelo coordenador do projeto.

Abaixo seguem as descrições sobre as funções da equipe para a execução direta do serviço:

### **8.1 QUADRO DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE EXECUÇÃO DIRETA**

<b>DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DA EQUIPE – EXECUÇÃO DIRETA</b>	
<b>Função</b>	<b>Atribuição</b>
Coordenador Pedagógico	a) Colaborar na elaboração do Plano de Trabalho e acompanhar o mesmo em exercício. b) Estruturar os relatórios mensais relativos aos trabalhos realizados pelo serviço. c) Participação na organização das atividades: atribuição dos professores de música, elaboração do conteúdo programático anual e orientação na utilização/confecção dos materiais pedagógicos. d) Acompanhar, orientar e supervisionar a execução do serviço dentro da instituição através dos planejamentos feitos pelos professores, dos relatórios emitidos mensalmente, portfólios, das reuniões pedagógicas e das reuniões mensais de equipe. e) Acompanhar, orientar e supervisionar a execução do serviço nas unidades escolares conforme necessidade apontada pelos gestores escolares municipais.
Coordenador de Prática Instrumental	a) Colaborar na elaboração do Plano de Trabalho e acompanhar o mesmo em exercício. b) Estruturar os relatórios mensais relativos aos trabalhos realizados pelos professores nas atividades de prática instrumental. c) Participação na organização das atividades: atribuição dos professores de prática instrumental, elaboração do conteúdo programático anual e orientação na utilização/confecção dos materiais pedagógicos e instrumentos musicais.

	<p>d) Acompanhar, orientar e supervisionar a execução do serviço nas unidades escolares conforme necessidade apontada pelos gestores municipais.</p> <p>e) Planejar e organizar as apresentações dos alunos para a comunidade escolar.</p>
Professor de musicalização	<p>a) Planejar previamente aulas de música de sua área de atuação.</p> <p>b) Ministras aulas musicais teóricas e práticas de acordo com o horário organizado pelas equipes gestoras das unidades escolares.</p> <p>c) Preparar e revisar os materiais específicos para o uso dos alunos em sala de aula.</p> <p>d) Registrar frequência e desempenho dos alunos no serviço.</p> <p>e) Participar de forma colaborativa com o professor regular da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam a aprendizagem dos alunos e a sua interação no grupo.</p> <p>f) Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.</p> <p>g) Organizar apresentações musicais de forma articulada com a equipe escolar.</p> <p>h) Elaborar relatórios mensais das atividades executadas.</p> <p>i) Participar das reuniões pedagógicas promovidas pelo setor pedagógico da instituição.</p> <p>j) Outras atividades correlatas que forem atribuídas pelo superior imediato.</p>

## 8.2 QUADRO DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE EXECUÇÃO INDIRETA

DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DA EQUIPE – EXECUÇÃO INDIRETA	
Cargo	Atribuições
Auxiliar Administrativo	<p>a) Produção de ofícios, declarações, requerimentos, cartas de agradecimento;</p> <p>b) Alimentação do Portal da Transparência;</p> <p>c) Prestação de Contas referente ao devido plano de trabalho;</p> <p>d) Renovações e fornecimento de Certificações e Certidões negativas da instituição;</p> <p>- Divulgação interna de comunicados em geral;</p> <p>- Folha de pagamento;</p> <p>- Controle de férias;</p> <p>- Responsável pelas cotações e compras, conforme regulamento de compras.</p>

### 8.3. ATIVIDADES E METAS

Atividade	Objetivo da Atividade	Executor	CRONOGRAMA DE METAS				Indicadores
			Meta Quantitativa		Meta Qualitativa		
			Carga horária	Quantas vezes			
<b>Objetivo Específico:</b> Identificar e apreciar diversas formas e gêneros musicais reconhecendo a função da música.							
Musicalização na escola – Educação Infantil	Despertar o conhecimento e o gosto musical para formar uma opinião crítica	Professor de Música	50 minutos	1 vez por semana	Conforme demanda de alunos de cada sala/escola.	Trabalhar cantigas folclóricas e populares de diversas formas e gêneros identificando as diferenças de estilos musicais.	<p>a) Cópia de Diário de Classe ou equivalente lista de presença e relatório mensal.</p> <p>b) Relatório Individual anual.</p> <p>c) Avaliação inicial do aluno.</p> <p>d) Avaliação de evolução do aluno semestral.</p> <p>e) Plano de aula com ciência do coordenador.</p>
Musicalização na escola – Ensino Fundamental	Despertar o conhecimento e o gosto musical para formar uma opinião crítica.	Professor de Música	30 minutos	1 vez por semana	Conforme demanda de alunos de cada sala/escola.	Aplicar elementos musicais (timbres, altura, intensidade, duração, figuras musicais...) nas atividades a serem desenvolvidas	<p>a) Cópia de Diário de Classe e relatório mensal.</p> <p>b) Relatório Individual anual.</p> <p>c) Avaliação inicial do aluno.</p> <p>d) Avaliação de evolução do aluno semestral.</p> <p>e) Plano de aula com ciência do coordenador.</p>



<b>Objetivo Específico:</b> Experimentar improvisações e sonorização de histórias, utilizando vozes, sons corporais, instrumentos musicais convencionais e não-convencionais, individual ou coletivamente.						
Musicalização na escola – Educação Infantil	Promover a percepção e enriquecer os conhecimentos literários através da música.	Professor de Música	50 minutos	1 vez por semana	Conforme demanda de alunos de cada sala/escola.	Explorar sons do ambiente escolar, percussão corporal e sons vocais para expressar conteúdos escritos (histórias). Propondo uma maneira diferente de interpretar contos ou canções já conhecidos.
Musicalização na escola – Ensino Fundamental	Promover a percepção e enriquecer os conhecimentos musicais através das atividades.	Professor de Música	30 minutos	1 vez por semana	Conforme demanda de alunos de cada sala/escola.	a) Cópia de Diário de Classe ou equivalente lista de presença e relatório mensal. b) Relatório Individual anual. c) Plano de aula com ciência do coordenador. d) Avaliação de desenvolvimento bimestral das salas contendo gravações e registros fotográficos.  a) Cópia de Diário de Classe ou equivalente lista de presença e relatório mensal. b) Relatório Individual anual. c) Plano de aula com ciência do coordenador. d) Avaliação de desenvolvimento bimestral das salas contendo gravações e registros fotográficos.

<p><b>Objetivo Específico:</b> Desenvolver apresentações culturais para a comunidade escolar e comunidade geral nas unidades escolares onde o objeto é executado para que conheçam e valorizem a cultura musical do município.</p>							
<p>Musicalização na escola – Educação Infantil</p>	<p>Despertar no aluno o senso de coletividade com o trabalho em grupo. Sensibilizar os familiares e comunidade com apresentação dos alunos.</p>	<p>Professor de Música</p>	<p>---</p>	<p>1 vez por mês</p>	<p>Participação da comunidade escolar.</p>	<p>Preparar apresentações com arranjo explorando o conhecimento dos alunos nas aulas. Buscando um repertório variado educativo e de interesse do público.</p>	<p>a) Cronograma de atividades ou plano de atividades;          b) Relatório audiovisual e descritivo contendo fotos, vídeos das apresentações;          c) Relatório semestral da equipe gestora das unidades escolares.</p>
<p>Musicalização na escola – Ensino Fundamental</p>	<p>Despertar no aluno o senso de coletividade com o trabalho em grupo. Sensibilizar os familiares e comunidade com apresentação dos alunos.</p>	<p>Professor de Música</p>	<p>---</p>	<p>1 vez por mês</p>	<p>Participação da comunidade escolar.</p>	<p>Preparar apresentações com arranjo explorando o conhecimento dos alunos nas aulas. Buscando um repertório variado educativo e de interesse do público.</p>	<p>a) Cronograma de atividades ou plano de atividades;          b) Relatório audiovisual e descritivo contendo fotos, vídeos das apresentações;          c) Relatório semestral da equipe gestora das unidades escolares.</p>

<p><b>Objetivo Específico:</b> Iniciar o aluno à prática instrumental e de coral utilizando vasto repertório de melodias folclóricas, música popular e música erudita</p>							
<p>Prática Instrumental e de Coral: Estudo teórico específico</p>	<p>Trabalhar com a teoria aplicada, desenvolvendo habilidades técnicas para o domínio do instrumento e/ou de voz e canto.</p>	<p>Professor de Prática Instrumental e de Coral</p>	<p>2 horas semanais</p>	<p>---</p>	<p>Conforme demanda de matrícula para oficina.</p>	<p>Desenvolver o trabalho em grupo utilizando dos conhecimentos técnicos das aulas de instrumento. Trabalhar repertório com nível adequado ao conhecimento do aluno de forma gradual.</p>	<p>a) Cópia de Diário de Classe ou equivalente lista de presença e relatório mensal. b) Relatório Individual anual. c) Avaliação inicial do aluno. d) Avaliação de evolução do aluno semestral. e) Plano de aula com ciência do coordenador.</p>
<p>Prática Instrumental e de Coral: Aula prática/ensaio</p>	<p>Desenvolver a prática em grupo utilizando dos conhecimentos técnicos e/ou voz e canto, trabalhando repertório com nível adequado ao conhecimento do aluno de forma gradual.</p>	<p>Professor de Prática Instrumental e de Coral</p>	<p>2 horas semanais</p>	<p>---</p>	<p>Conforme demanda de matrícula para oficina.</p>	<p>Espera-se que os alunos possam exibir, em conjunto, capacidades conquistadas individualmente com o domínio do instrumento.</p>	<p>a) Cópia de Diário de Classe ou equivalente lista de presença e relatório mensal. b) Relatório Individual anual. c) Avaliação inicial do aluno. d) Avaliação de evolução do aluno semestral. e) Plano de aula com ciência do coordenador.</p>

Prática Instrumental e de Coral: Apresentação para a comunidade	Preparar o aluno para apresentação em público desenvolvendo as capacidades conquistadas em conjunto com o domínio do instrumento, postura de apresentação, controle da ansiedade, entre outras.	Professor de Prática Instrumental e de Coral -- Coordenador de Prática Instrumental	3 horas	1 vez por mês	Participação da comunidade escolar.	Espera-se que os alunos possam exibir, coletivamente, todas as habilidades desenvolvidas durante as oficinas para os familiares e comunidade ali presentes.	a) Cronograma de atividades ou plano de atividades; b) Relatório audiovisual e descritivo contendo fotos, vídeos das apresentações; c) Relatório semestral da equipe gestora das unidades escolares.
Planejamento/Estudo e reunião de equipe	Ampliar conhecimentos e saberes em temáticas relacionadas ao serviço executado.	Equipe OSC ou terceiros.	Mínimo: 1h	Mínimo: 1 vez/mês	Participação dos professores, coordenador es.	Oportunizar momentos de estudos e/ou capacitações para equipe da OSC.	a) Relatório mensal. b) Tema
Aplicar pesquisa de satisfação com as famílias dos atendidos e com os responsáveis pelas unidades escolares municipais com crianças e adolescentes inseridos no serviço.	Avaliar a qualidade do serviço ofertado.	Equipe Técnica e Coordenadores da OSC.	-	Semestral.	50% do total de famílias atendidas. 80% do total de responsáveis pelas unidades escolares municipais	Levantamento de informações sobre a resolutividade e aplicabilidade da proposta em relação ao seu benefício social.	a) Relatório mensal. b) Apresentação dos resultados.



Realizar prestação de contas.	Elaborar relatórios sobre a execução das atividades e financeira.	Coordenação e financeiro	-	Mensal/ Anual	Mensal: Relatório de atividades e prestação de contas. Anual: execução do objeto e financeira; prestação de contas final.	Apresentação de informações sobre a execução de atividades e financeira.	a) Relatório mensal; b) Relatório final
Realizar monitoramento e avaliação.	Acompanhar os resultados da execução de atividades e financeira da proposta.	Equipe técnica e financeira	-	Mensal/ anual	Apresentação o nos relatórios mensais e final.	Apresentação de resultados e benefício social do serviço executado.	a) Relatório mensal. b) Relatório final.
Realizar planejamento	Elaborar atividades a serem realizadas durante a parceria.	Equipe	-	Semestral	Cronograma	Elaboração de cronograma de atividades.	a) Cronograma de atividades ou plano de atividades.

#### 8.4. FORMAS DE ACESSO NO SERVIÇO:

- Alunos matriculados nas escolas municipais que compõem a parceria.

#### 8.5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Atividades	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Musicalização na Escola – Educação Infantil		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Musicalização na Escola – Ensino Fundamental		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Prática Instrumental e de Coral		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Planejamento/ Estudos e capacitações da equipe da OSC	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apresentação cultural - Musicalização		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Apresentação cultural – Prática Instrumental		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Aplicar pesquisa de satisfação com as famílias dos atendidos e com os responsáveis pelas unidades escolares municipais com crianças e adolescentes inseridos no serviço.				X						X		
Realizar prestação de contas.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar monitoramento e avaliação.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Realizar planejamento.	X						X					

## 9. MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

### 9.1 RESULTADOS ESPERADOS (BENEFÍCIOS SOCIAIS DE INTERESSE PÚBLICO):

#### Resultados quantitativos e qualitativos esperados na execução da proposta:

##### 1. Musicalização na escola – Educação Infantil

- A aula de música proporciona uma aproximação entre os alunos levando-os a se sentirem todos parte de uma unidade. Com cantigas e brincadeiras um resgate cultural de elementos que fazem diferença na formação do indivíduo.
- Ampliação dos conhecimentos culturais
- Sensibilização de pais e familiares em apresentações.

##### 2. Musicalização na escola – Ensino Fundamental

- Afirmção da identidade musical no cenário cultural de Mogi Guaçu.
- Mudança no comportamento dos alunos.
- Visibilidade das atividades do projeto com formação de diversos grupos musicais (Canto Coral, Grupo de Boomwhackers) para alunos do 5º Ano.
- Identificação de talentos, para seguir seu estudo em núcleos especializados de música de Mogi Guaçu.

##### 3. Prática Instrumental

- A música é uma grande aliada no processo de ensino-aprendizagem e contribuem na formação integral de indivíduos por meio de diferentes pedagogias no ambiente escolar como no caso de aulas de prática instrumental.
- Afirmção da identidade musical no cenário cultural de Mogi Guaçu.
- Socialização de crianças e adolescentes da comunidade e das escolas públicas da região, por meio da introdução da música instrumental ao cotidiano dos alunos.
- Trabalhar com a teoria aplicada, desenvolvendo habilidades técnicas para o domínio do instrumento.
- Possibilitar a autoconfiança e a perda da inibição de tocar um instrumento.
- Desenvolver a coordenação motora, a memória, a criatividade, a sensibilidade, o gosto pela música e pelo instrumento.

### 9.2 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

#### 9.2.1 - Monitoramento e avaliação por parte da OSC - equipe de execução:

A organização da sociedade civil deverá realizar avaliação do serviço com alunos e famílias trimestralmente visando levantar indicadores de resultados da efetividade do plano de trabalho.

Para a realização da avaliação do serviço deverão utilizar como instrumentos:

- ✓ Pesquisa de satisfação do usuário e sua família;
- ✓ Reunião avaliativa com registro em ata com equipe técnica e/ou usuários do serviço;
- ✓ Demonstrativos dos resultados referentes ao acompanhamento dos usuários;
- ✓ Relatório mensal e anual;
- ✓ Relatório de execução do objeto e execução financeira;
- ✓ Prestação de contas (mensal e anual)

### 9.2.2 - Monitoramento e avaliação por parte da Comissão de Monitoramento e Avaliação e Gestor da Parceria:

O processo de monitoramento e avaliação se dará com a participação da Comissão de Monitoramento e Avaliação e Gestor da Parceria designados pelo Poder Público através de visitas, reuniões, relatório avaliativo das equipes gestoras das unidades de ensino municipal, acompanhamento dos relatórios de atividades e prestação de contas, visita in loco, contato telefônico, entre outros com devolutiva através de relatório de monitoramento e avaliação.

### 9.2.3. CONSELHO DE POLÍTICA PÚBLICA

A OSC deverá encaminhar a prestação de contas digitalizada em PDF mensalmente ao Conselho de Política Pública, para que esse exerça seu papel para atuar como instância consultiva, a respectiva área de atuação, na formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas, em conformidade com a Lei n.º 13.019/2014.

## 10. RECURSOS FÍSICOS

### 10.1 RECURSOS MATERIAIS: EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE (existentes na OSC para a execução do serviço)

Quantidade	Descrição
	Mobiliário
	Veículo
	Computadores
	Impressoras
	Outros (quais)
<b>Valor</b>	<b>R\$</b>

### 10.2 MATERIAL PEDAGÓGICO OU EDUCATIVO

Quantidade	Descrição
<b>Valor</b>	<b>R\$</b>

## 11. RECURSOS HUMANOS

### 11.1 PERFIL PROFISSIONAL

Nome	Função	Formação	Pós-graduação	Tempo de experiência na área

### 11.2 SALÁRIO

Nome	Tipo de Vínculo	Salário Bruto Mensal	INSS	FGTS	Imposto Renda	Salário Líquido Mensal	Carga horária mensal	Carga horária semanal



### 11.3 HORÁRIO DE TRABALHO DA EQUIPE

Nome	Entrada	Saída (Intervalo)	Entrada (Retorno)	Saída

### 11.4 DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES DOS RECURSOS HUMANOS

Função	Descrição das atividades/responsabilidades

#### OBSERVAÇÕES:

- a) Recursos Humanos:** salário, adicional por tempo de serviço, 1/3 constitucional de férias, 13º salário e pagamento das verbas rescisórias.
- b) Encargos Sociais:** IRRF, PIS, INSS, FGTS, contribuição sindical.
- c) Apresentar currículos em anexo.**

### 12. PLANO DE APLICAÇÃO

Despesas	Ano 1	Ano 2	Valor total
Recursos humanos			
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica			
Material de consumo			
Alimentação			
Combustível			
<b>Total</b>			

### 13. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

#### 13.1 ANO 1

Descrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Recursos humanos												
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica												
Material de consumo												
Alimentação												
Combustível												
Utilidade Pública <sup>1</sup>												
<b>VALOR TOTAL</b>												

#### 13.2 ANO 2

Descrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Recursos humanos												
Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica												
Material de consumo												
Alimentação												
Combustível												
Utilidade Pública												
<b>VALOR TOTAL</b>												

<sup>1</sup> Utilidade Pública: água, energia, telefone, gás e internet.

#### 14. VALOR DA PROPOSTA

Descrição	Valor
Ano 1	R\$ 474.000,00
Ano 2	R\$ 490.000,00
Total	R\$ 964.000,00

#### 15. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DA OSC/OSCIP

Na qualidade de representante legal da proponente, declaro, para fins de prova junto a Administração Pública para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro ou qualquer Órgão ou entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos desde Poder, na forma desde plano de trabalho.

#### 16. DECLARAÇÃO CIÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Declaro para os devidos fins de direito ter ciência da responsabilidade de prestar contas mensalmente, apresentando: Ofício de despacho de Prestação de Contas, Relatório de Atividades, RP, Ficha Contábil – Demonstrativo de despesa, Memória de Cálculo, Declaração de aplicação dos recursos, Extratos bancários, Notas Fiscais/Recibos, 3 (três) Orçamentos/despesa, todas as páginas dos documentos da prestação de contas serão numerados e entregues até o 15º dia do mês subsequente.

Declaro para os devidos fins de direito ter ciência de responsabilidade de prestar contas anualmente é o dia 30 de janeiro do ano subsequente e no caso de finalização de ajuste será entregue prestação de contas parcial referente ao ano do exercício e final (início e final da vigência).

#### 17. ANEXOS

- ✓ Declaração com indicação do gestor da parceria pela organização responsável pelo controle administrativo, financeiro e de execução do ajuste.
- ✓ Declaração de ciência e concordância.
- ✓ Declaração da não ocorrência de impedimentos para celebração de termo de fomento.
- ✓ Declaração do Art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e relação dos dirigentes da entidade.
- ✓ Declaração sobre instalações e condições materiais.
- ✓ Estatuto Social;
- ✓ CNPJ;
- ✓ Ata de eleição e posse;
- ✓ Relação nominal dos membros da diretoria;
- ✓ Comprovante de endereço;
- ✓ Comprovante de experiência;
- ✓ Currículo padrão da equipe;
- ✓ CNDs;
- ✓ Balanço do ano anterior;
- ✓ Manual de compras e contratações;

- ✓ Alvará de funcionamento.
- ✓ Certificado CMDCA ou CMI e CMAS (No caso de OSC de Assistência Social);
- ✓ CEBAS.

**Data**

**Assinatura dos técnicos**  
**Assinatura do coordenador**  
**Assinatura do presidente**

### 18. ANEXOS - CUSTOS

**APRESENTAÇÃO CUSTOS DO PLANO DE TRABALHO** (Previsão de Despesas – Art. 22 II-A Lei n.º 13.019/2014)

**Observação:** Deverão apresentar para cada despesa 3 (três) orçamentos e realizar o lançamento nas planilhas abaixo:

TIPO DE DESPESA: Material de Consumo		EMPRESAS			PREÇO	
Produto/descrição	Qte.	NOME 1	NOME 2	NOME 3	Menor preço	Preço total
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TIPO DE DESPESA: Alimentação		EMPRESAS			PREÇO	
Produto/descrição	Qte.	NOME 1	NOME 2	NOME 3	Menor preço	Preço total
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TIPO DE DESPESA: Prestação de Serviços Pessoa Jurídica		EMPRESAS			PREÇO	
Produto/descrição	Qte.	NOME 1	NOME 2	NOME 3	Menor preço	Preço total
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
TIPO DE DESPESA: Recursos humanos		EMPRESAS			PREÇO	
Função		NOME 1	NOME 2	NOME 3	Menor salário	
		R\$	R\$	R\$	R\$	
		R\$	R\$	R\$	R\$	
TIPO DE DESPESA: Utilidade Pública		Apresentar as despesas nos últimos 3 meses			Média	
Despesa		Mês 1	Mês 2	Mês 3		
Água		R\$				
Energia						
Telefone						
TIPO DE DESPESA: Combustível		EMPRESAS			PREÇO	
Função		NOME 1	NOME 2	NOME 3	Menor preço	Preço total
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
		R\$	R\$	R\$	R\$	R\$

Mogi Guaçu/SP, xx de xxx de 20xx.

Responsável/CPF



### Anexo 1 do Plano de Trabalho: Resumo do orçamento/memória de cálculo

RESUMO ORÇAMENTO													
CONTAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total Previsto
<b>1 RECEITAS</b>													
1.1 Discriminação dos valores mensais a serem repassados													
<b>2 DESPESAS</b>													
<b>2.1 Operacionais - Subtotal</b>													
2.1.1 PESSOAL													
2.1.1.1 Salários e ordenados													
2.1.1.2 INSS													
2.1.1.3 PIS													
2.1.1.4 Seguros e Acidentes do Trabalho													
2.1.1.5 Férias													
2.1.1.6 13º salário													
2.1.1.7 FGTS													
2.1.1.8 Dissídio Coletivo													
2.1.1.9 Vale alimentação													
2.1.1.10 Assistência médica													
2.1.1.11 Indenizações													
<b>2.1.2 MATERIAIS - Subtotal</b>													
2.1.2.1 Alimentos													
2.1.2.2 Material de escritório													
2.1.2.3 Material pedagógico													
<b>2.1.3 UTILIDADE PÚBLICA - Subtotal</b>													
2.1.3.1 Energia Elétrica destinada ao uso do ajuste													
2.1.3.2 Água destinada ao uso do ajuste													
2.1.3.3 Telefone destinado ao uso do ajuste													
2.1.3.4 Gás destinado ao uso do ajuste													
2.1.3.5 Internet destinado ao uso do ajuste													
<b>2.2 SERVIÇOS DE TERCEIROS - Subtotal</b>													
2.2.1 Pessoa Jurídica													
2.2.2 Pessoa Física													
2.2.3 Encargos (20%)													
2.2.4 Transporte													
<b>2.2.2 OUTRAS DESPESAS - Subtotal</b>													
2.2.2.1 Despesas com Divulgação (descrever item a item)													



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
Av. Bandeirantes, 945 – Pq. Cidade Nova – Mogi Guaçu – SP – CEP 13.845-440.  
Fone (19) 3831-9785– E-mail: terceirosetor@edu.mogiguacu.sp.gov.br

2.2.2.2	Despesas Gerais: (descrever item a item)																						
2.3	<b>Imobilizado - Subtotal</b>																						
2.3.1	Equipamentos: (descrever item a item)																						
2.3.2	Móveis e Utensílios: (descrever item a item)																						
2.4	<b>Combustível</b>																						
2.4.1	Combustível																						
2.5	<b>Aluguel</b>																						
2.5.1	Aluguéis: (somente do local de execução do projeto, se for o caso)																						
3	<b>TOTAL FINAL</b>																						

## ANEXO 2 DO PLANO DE TRABALHO

### DECLARAÇÃO COM INDICAÇÃO DO GESTOR DA PARCERIA PELA ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO CONTROLE ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO DO AJUSTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF n.º XXX.XXX.XXX-XX, presidente/diretor/provedor da OSC/OSCIP XXXXXXXXXXXX, CNPJ n.º XXX.XXX.XXX/XXXX-XX, nomeio o(a) Sr. (a) XXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) do CPF XXX.XXX.XXX-XX e do RG X.XXX.XXX, como **GESTOR** na organização pelo **CONTROLE ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO DO AJUSTE** celebrado com a Administração Pública por meio do Processo n.º XX/XXXX – Objeto: XXXXXXXXXXXXXXX.

Declaro ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal 13.019/2014.

MOGI GUAÇU/SP, XX de XXXX de X.XXX.

Assinatura  
CPF  
Função

**ANEXO 3 DO PLANO DE TRABALHO  
DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas na Lei Federal 13.019/2014 e Lei Federal nº 2.527/2011, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

MOGI GUAÇU/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## ANEXO 4 DO PLANO DE TRABALHO

### DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a **[identificação da organização da sociedade civil – OSC]** e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o TERMO DE COLABORAÇÃO, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, *caput*, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública

sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

➤ Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; e

➤ Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

MOGI GUAÇU/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



## ANEXO 5 DO PLANO DE TRABALHO

### DECLARAÇÃO DO ART. 39 DA LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 2014, E RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da **[identificação da organização da sociedade civil – OSC]**, que:

➤ Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados: (a) membro de Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal; ou (b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*

#### RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nome	Cargo	RG/CPF	Data de Nascimento	Endereço residencial	Telefone	E-mail

➤ Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

MOGI GUAÇU/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## ANEXO 6 DO PLANO DE TRABALHO

### DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro, em conformidade com o art. 33, **caput**, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*:

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

*OU*

➤ pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

*OU*

➤ dispõe de instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

*OBS: A organização da sociedade civil **ADOTARÁ UMA DAS TRÊS REDAÇÕES** acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração (Anexar fotos das instalações em anexo).*

MOGI GUAÇU/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## ANEXO 7 DO PLANO DE TRABALHO

### DECLARAÇÃO

.....(Razão Social), inscrita no CNPJ sob o nº (MATRIZ) ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)..... portador(a) da Carteira de Identidade - RG nº..... e do CPF nº.....DECLARA, sob as penas da lei, cumprindo o disposto no inciso XXXIII, art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, assim como assume o compromisso de declarar a superveniência de qualquer fato impeditivo à sua habilitação.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

Em,.....de.....de 20....

.....  
(assinatura do representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## **ANEXO 8 DO PLANO DE TRABALHO**

### **DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ATIVIDADES**

A OSC xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, situada no endereço: Rua/Avenida xxxx, n.º xx, bairro xxxxxx, CNPJ n.º xxx.xxx.xxx/xxxx – xx, por meio do seu representante legal xxxxxxxxxxxxxx, CPF n.º xxx.xxx.xxx/xx, conforme estabelecido no Estatuto Social, declara para os devidos fins, que o início de suas atividades ocorreu em xx/xxxx/xxxx.

MOGI GUAÇU/SP, xx de xxxx de xxxx.

Presidente

CPF

## ANEXO 9: MEMÓRIA DE CÁLCULO

### MEMÓRIA DE CÁLCULO

EXECUTORA:			
PROCESSO N.º:			
MEMÓRIA DE CÁLCULO			
Despesa	Valor total da despesa	Pagamento Parcial	
		Fonte	Fonte



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
Av. Bandeirantes, 945 – Pq. Cidade Nova – Mogi Guaçu – SP – CEP 13.845-440.  
Fone (19) 3831-9785 – E-mail: terceiroseitor@edu.mogiguacu.sp.gov.br

**ANEXO 10: PLANILHA - DESPESAS DE PESSOAL  
PREVISÃO DE CUSTOS COM SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS, BENEFÍCIOS E RESCISÃO.**

Cargo	Funcionário	Salário	Insalubridade	Adicional Noturno	Encargos Sociais/Benefícios										Subtotal mensal	Custo anual			
					13º Salário	FGTS	FGTS sem Férias	FGTS com férias	PIS	INSS sem 13º salário	PIS sem 13º salário	Aviso Prévio	FGTS sem aviso prévio	Multa Rescisória			IRRF	INSS	Vale Alimentação
1																			
2																			
3																			
4																			
5																			
6																			
7																			
8																			
9																			
10																			
11																			
12																			
TOTAL																			

Contribuição Sindical Patronal (Taxa única):

Seguro de vida (Valor unitário):

Adesão odontológica:

INSS Patronal:

CONSIDERAÇÕES:

### ANEXO 11: APRESENTAÇÃO FONTES DE RECURSOS

RECURSOS INVESTIDOS NA ORGANIZAÇÃO EM FONTE PÚBLICA E PRIVADA	
ANO:	Valor %
CONDECA	
FMDCA - Fundo municipal de direitos da criança e adolescentes	
FMDI - Fundo Municipal de direitos dos idosos	
Nota Fiscal Paulista	
Participação do idoso no custeio da OSC (Lei n.º 10.741/2003)	
Público Cultura	
Público Esporte	
Público Assistência Social - Estadual	
Público Assistência Social - Federal	
Público Assistência Social - Municipal	
Público Desenvolvimento Econômico	
Público Educação - Estadual	
Público Educação - Municipal	
Público Saúde - Federal	
Público Saúde - Municipal	
Eventos e Campanhas	
Doações	
Outras fontes (citar)	
<b>Total</b>	

## ANEXO V

### TERMO DE REFERÊNCIA

### MUSICALIZAÇÃO E PRÁTICA INSTRUMENTAL

### REFERENCIADO AO ORGÃO GESTOR

<b>IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO</b>	
<b>OBJETO</b>	<b>Atividades de musicalização nas Escolas Municipais de Educação Infantil integral (EMEIs) aos alunos na faixa etária de 3 anos e 11 meses a 5 anos e nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) aos alunos dos anos iniciais, 1º ano ao 5º ano, e atividades de prática instrumental e de coral aos alunos das EMEFs.</b>
<b>ORIGEM DA SOLICITAÇÃO</b>	
<b>ÓRGÃO:</b>	Secretaria Municipal de Educação.
<b>VIGÊNCIA:</b>	
24 meses.	
<b>DESCRIÇÃO DO SERVIÇO:</b>	
<p>Considerando que de acordo com a Constituição Federal de 1988, no artigo 215, o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais;</p> <p>Considerando o inciso II, IV e V do artigo 215 que estabelece ao Estado o dever de fomentar a produção e a difusão dos bens culturais e promover o acesso, visando assim, valorizar a diversidade cultural étnica e regional;</p> <p>Considerando que todo trabalho com arte-educação está direcionado principalmente para o crescimento físico, emocional, intelectual para a transformação do potencial dos educandos em competências pessoais, sociais, cognitivas e produtivas;</p> <p>Considerando a Lei Federal nº 11.769, de 20 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica.</p> <p>A proposta desse projeto visa garantir o fortalecimento e a ampliação do ensino de música nas escolas municipais de Mogi Guaçu, desenvolvendo aulas de Musicalização, no mínimo, 30 (trinta) minutos nas salas de 1º ao 5º ano das EMEF integrantes do projeto e de 50 (cinquenta) minutos nas salas das EMEI de período integral, além de oficinas de Prática Instrumental e de Coral para as EMEF, as quais serão executadas no contraturno escolar e tem como foco a aquisição e o aperfeiçoamento das habilidades para tocar um instrumento musical e de desenvolvimento de voz e canto, oferecendo práticas de metais graves, metais agudos, cordas friccionadas e percussão conforme o projeto político pedagógico das unidades escolares.</p>	
<b>ABRANGÊNCIA</b>	
Municipal: Mogi Guaçu - SP	

<b>META ANUAL DE ATENDIMENTO</b>		
<b>EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL</b>	<b>SALAS</b>	<b>ATIVIDADES</b>
EMEI Mário Vedovello	06	Musicalização
EMEI Adriana Missio	05	Musicalização
EMEI Ver. Jayme Pansani	02	Musicalização
EMEI Ver. João Veridiano Franco	05	Musicalização
EMEI Hermínio Zanco	04	Musicalização
EMEI Martinho Prado	03	Musicalização
<b>ENSINO FUNDAMENTAL - 1º ao 5º ano</b>	<b>SALAS</b>	<b>ATIVIDADES</b>
EMEF Prof. Antonio Carnevalle Filho	17	Musicalização
EMEF Profa. Isaura Ana de Freitas Campos	28	Musicalização
EMEF Pe. Estevo Fernando Laurindo	10	Musicalização
EMEF Prof. Geraldo Sorg	20	Musicalização
EMEF Emília Vedovello Pedroso	10	Musicalização
EMEF Profa. Iná Ap. de O. Marconi	19	Musicalização
EMEF Prefeito Carlos Franco de Faria	10	Musicalização
EMEF Profa. Cleonice Ap. Cruz K. Thiele	18	Musicalização
EMEB Prof. Ubirajara Ramos	17	Musicalização
EMEF Profa. Claudina de Oliveira Ramos	14	Musicalização
CEAPE – Centro de Apoio Pedagógico Especializado	04	Musicalização
<b>ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL</b>	<b>SALAS</b>	<b>ATIVIDADES</b>
EMEF Emília Vedovello Pedroso	02	Musicalização
EMEF Profa. Isaura Ana de Freitas Campos	05	Musicalização
<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>SALAS</b>	<b>ATIVIDADES</b>
EMEF Antonio Giovani Lanzi	03 oficinas	Prática Instrumental
EMEF Profa. Cleonice Ap. Cruz K. Thiele	03 oficinas	Prática Instrumental
EMEF Pe. Estevo Fernando Laurindo	03 oficinas	Prática Instrumental
EMEB Prof. Ubirajara Ramos	02 oficinas	Prática Instrumental
EMEF Profa. Claudina de Oliveira Ramos	04 oficinas	Prática de Coral
EMEF Prefeito Waldomiro Calmazini	02 oficinas	Prática Instrumental

## **PISO**

**Anual: R\$ 474.000,00**

## **PÚBLICO-ALVO**

Alunos matriculados na rede municipal de ensino de Mogi Guaçu, sendo:

- Educação Infantil: alunos de 3 (três) anos e 11 (onze) meses a 5 (cinco) anos;
- Ensino Fundamental: alunos dos anos iniciais: 1º ao 5º ano;
- Prática Instrumental e de Coral: alunos das escolas municipais de ensino fundamental.

## **OBJETIVO GERAL**

Fortalecer o ensino da musicalização desenvolvendo a atenção, coordenação motora e percepção sensorial, incentivando o trabalho em grupo com atividades lúdicas e jogos através da percussão corporal e experimentação dos sons, bem como a prática instrumental.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ✓ Identificar e apreciar diversas formas e gêneros musicais reconhecendo a função da música;
- ✓ Reconhecer e explorar os elementos da música: altura, duração, intensidade, timbre, melodia, ritmos, utilizando fontes sonoras diversas: corpo, natureza, objetos cotidianos, instrumentos musicais entre outros, por meio de jogos, brincadeiras, canções e apreciação musical;
- ✓ Experimentar improvisações e sonorização de histórias, utilizando vozes, sons corporais, instrumentos musicais convencionais e não-convencionais, individual ou coletivamente;
- ✓ Iniciar o aluno à prática instrumental e de coral utilizando vasto repertório de melodias folclóricas, música popular e música erudita;
- ✓ Desenvolver apresentações culturais para a comunidade escolar e comunidade geral nas unidades escolares onde o objeto é executado para que conheçam e valorizem a cultura musical do município.

## **PROVISÕES:**

### **Ambiente Físico:**

- O desenvolvimento das aulas de música exige espaço acessível, amplo e de fácil mobilidade, podendo ser utilizadas quadra poliesportiva ou sala de aula.
- Espaços com iluminação, ventilação, salubridade e higiene adequados, além de bom estado de conservação dos ambientes.
- Quadra poliesportiva disponível para a realização dos eventos culturais, com capacidade mínima para 500 pessoas.
- Todos os ambientes devem ser adequados ao atendimento considerando a acessibilidade de todos os atendidos e profissionais.



<b>RECURSOS HUMANOS:</b>		
<b>EXECUÇÃO DIRETA</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Área</b>	<b>Carga horária mínima</b>
01	Coordenador Pedagógico	40h mensais
*Conforme atribuição de aulas	Professores especialista em música	1hora-aula de 60 minutos
01	Coordenador de Prática Instrumental	15h mensais
<b>EXECUÇÃO INDIRETA</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Área</b>	
01	Auxiliar Administrativo	30h semanais

<b>2. Conhecimento, Experiência e Habilidade da Equipe de Referência:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conhecimento da legislação referente à política de Educação, direitos e legislações relacionadas à educação integral;</li> <li>✓ Conhecimento em ludicidade para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas com crianças;</li> <li>✓ Conhecimento técnico para o desenvolvimento de aulas de música e prática instrumental como recurso pedagógico em todos os níveis de idade;</li> <li>✓ Experiência comprovada na execução de projetos artístico-culturais, de democratização cultural;</li> <li>✓ Conhecimento e desejável experiência de trabalho em equipe interdisciplinar e trabalho em rede, bem como desenvolvimento territorial;</li> <li>✓ Conhecimento em normas de segurança para a prática circense;</li> <li>✓ Habilidades para: trabalhar com imprevistos; ouvir e dialogar sem posturas de julgamento; se comunicar em linguagem acessível; construir vínculos de confiança e referência com pessoas e territórios; relacionar-se com a diversidade.</li> </ul>

<b>Recursos Materiais:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Salas dotadas de mobiliários compatíveis com o atendimento proposto e com a faixa etária de cada aluno (mesa, cadeiras, carteiras, armários, estante, bancos, computador, entre outros).</li> <li>- Materiais didáticos, pedagógicos, esportivos e culturais acessíveis e necessários para o desenvolvimento do serviço. <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Fica sob responsabilidade da OSC providenciar e fornecer os materiais permanentes e de consumo necessários para o desenvolvimento e execução do Serviço.</b></li> </ul> </li> </ul>

<b>Transporte:</b>
<p>Não haverá necessidade de transporte visto que os participantes serão atendidos na própria escola. Contudo, deverá ser previsto custo com deslocamento e transporte para a equipe técnica e grupos artísticos que se apresentarão nos eventos culturais a serem realizados.</p>

<b>Alimentação:</b>
<p>A alimentação das crianças participantes das oficinas será disponibilizada pela Secretaria Municipal de Educação, dentro da própria rotina escolar. Entretanto, poderá ser previsto despesas com alimentação para eventos culturais.</p>

### **DESPESAS - Nota explicativa:**

**Custos Indiretos:** Os custos indiretos proporcionais podem incluir despesas de internet, transporte, aluguel e telefone, bem como remunerações de serviços contábeis e de assessoria jurídica, desde que tenham por objeto a execução do plano de trabalho pactuado com a administração pública sempre observando a razoabilidade e proporcionalidade dos gastos.

Quando os custos indiretos forem pagos também por outras fontes, a organização da sociedade civil deve apresentar a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela dos custos indiretos.

**Regulamento de Compras e Contratações:** deve observar claramente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade. Todas as compras deverão ser realizadas através de processo de cotação com apresentação mínima de três orçamentos.

Todas as contratações deverão ser realizadas através de processo seletivo, com critérios claros e objetivos.

Deverão dar ampla transparência e publicidade para os processos de compra e contratação.

**Art. 45 – Lei 13.019/2014:** As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

**Art. 46 – Lei 13.019/2014:** Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

I - remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

### **Transparência:**

#### **Obrigações da organização da sociedade civil**

• Manter no sítio na internet a relação das parcerias celebradas e em locais visíveis de suas sedes e estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público.

As informações relativas às parcerias, que serão de responsabilidade tanto da administração pública quanto da organização da sociedade civil, deverão conter no mínimo:

• data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

• nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

• descrição do objeto da parceria;

• valor total da parceria e valores liberados quando for o caso;

• situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista

para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

Por fim, quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, também deverão ser divulgados o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

(Manual de repasse do terceiro setor do estado de São Paulo)

#### **TRABALHO ESSENCIAL AO SERVIÇO:**

- ✓ Cuidado com a segurança e integridade dos participantes;
- ✓ Abordagem pedagógica que adote a ludicidade como prerrogativa no processo de aprendizagem;
- ✓ Aplicação de metodologia pedagógica-cultural testada e reconhecida nacionalmente;
- ✓ Ampla divulgação das ações e resultados;
- ✓ Mensuração de resultados e impacto social das ações, considerando marco zero para as frentes executadas.

#### **IMPACTO SOCIAL ESPERADO: Contribuir para**

- A musicalização é um poderoso instrumento que desenvolve na criança, além da sensibilidade à música, qualidades preciosas como: concentração, a coordenação motora, a sociabilização, a audição, o respeito a si próprio e ao grupo, a destreza do raciocínio, a disciplina pessoal, o equilíbrio emocionais e inúmeros outros atributos que colaboram na formação do indivíduo. O processo de musicalização deve destinar-se a todos, buscando desenvolver esquemas de apreensão da linguagem musical.

- A música é importante para a integração das crianças na vida escolar e pode-se afirmar que a música na escola estimula o bom convívio social, a harmonia, o desenvolvimento da fala, da respiração, da autoestima e do próprio desenvolvimento cognitivo da criança.

- Oferta de atividades de Prática Instrumental no contraturno escolar, possibilitando a convivência e o desenvolvimento de habilidades para tocar instrumento musical;

- Realização de, no mínimo, dois eventos culturais abertos por ano para a comunidade escolar parceira;

- Garantir o desenvolvimento das habilidades sociais para a efetivação plena da vida em comunidade dos atendidos.

#### **FORMAS DE ACESSO:**

- Alunos matriculados nas escolas municipais de ensino integrantes do projeto. Caso conste no projeto político pedagógico das escolas e haja vagas, para as aulas de prática instrumental e de coral, poderão se matricular membros da comunidade escolar.

#### **PERÍODO DE FUNCIONAMENTO E CARGA HORÁRIA SEMANAL**

- ✓ Musicalização nas Escolas:  
Educação Infantil e Ensino Fundamental integral: aulas de 50 minutos, uma vez por semana;  
Ensino Fundamental (1º ao 5º ano): aulas de 30 minutos, uma vez por semana.

- ✓ Prática Instrumental:  
2h semanais de estudos teóricos específicos + 3h semanais de prática coletiva/ensaio + 3h mensais destinadas a apresentação para a comunidade escolar.

#### ARTICULAÇÃO EM REDE

- Assistência Social;
- Saúde;
- Cultura;
- Esporte.

#### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade: 12.367.2001.2043	Despesa: 3.3.50.39.1	Dotação: 754	TESOURO
---------------------------	----------------------	--------------	---------

#### ESTIMATIVA DE CUSTO

**ANO 1 (12 MESES): R\$ 474.000,00**

**ANO 2 (12 MESES): R\$ 490.000,00**

**TOTAL (24 MESES): R\$ 964.000,00**

#### REFERÊNCIAS

- ✓ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- ✓ Lei Federal nº. 13.019/14 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, alterada pela Lei Federal nº. 13.204/2015.
- ✓ Lei Federal nº. 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.
- ✓ Lei Federal nº. 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- ✓ Lei nº 11.769/2008 – Obrigatoriedade do ensino de música na educação básica.
- ✓ Manual de repasses do terceiro setor – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- ✓ Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 13.005, de 25/06/2014.
- ✓ Resolução nº. 4, 13/07/2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- ✓ Resolução nº 5, 17/12/2009 – Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- ✓ Resolução CNE/CP nº 2, 22/12/2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

## (MODELO)

### ANEXO VI

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

A ....., localizada à Rua/Av. ....,  
nº ....., Bairro ....., CEP ....., inscrita no CNPJ/MF sob nº .....,  
representado pelo(a) Sr.(a) ....., profissão:  
....., estado civil: ....., portador do RG nº ..... e do  
CPF/MF nº ....., solicita sua inscrição PARA O CREDENCIAMENTO para  
participar da sessão pública do Chamamento Público nº ..../202... , promovido pela  
Secretaria Municipal de ....., conforme edital.

Atenciosamente,

Mogi Guaçu, ..... de ..... de 202...

---

Razão Social da OSC proponente  
CNPJ:

---

Assinatura do representante legal  
Cargo:  
RG n.º:  
CPF n.º:  
Telefone  
E-mail



## (MODELO)

### ANEXO VII

## DECLARAÇÃO DA NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a **[identificação da organização da sociedade civil – OSC]** e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014. Nesse sentido, a citada entidade:

- Está regularmente constituída ou, se estrangeira, está autorizada a funcionar no território nacional;
- Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;
- Não tem como dirigente membro de Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o TERMO DE COLABORAÇÃO, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC), sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);*
- Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, observadas as exceções previstas no art. 39, *caput*, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública

sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

➤ Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

➤ Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

Mogi Guaçu/SP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

.....  
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

## ANEXO VIII

### MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO

#### TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XX/2022 PROCESSO N.º 15.352/2022 CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 09/2022

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MOGI GUAÇU E A [nome da OSC], PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O Município de Mogi Guaçu/SP, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.301.264/0001-13, isenta de Inscrição Estadual, com sede na Rua Henrique Coppi, nº 200, Morro do Ouro, Mogi Guaçu/SP, doravante denominado Administração Pública, neste ato representado pelo Prefeito Municipal portador do RG nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado em \_\_\_\_\_.

A [nome da OSC], organização da sociedade civil, doravante denominada OSC, situada à Rua da \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o número \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) seu(sua) Presidente, o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) à Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_ – CEP: \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ Órgão Expedidor \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_,

RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, decorrente do **Edital de Chamamento Público nº 09/2022**, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo nº 15.352/2022** e em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO tem por objeto **Atividades de musicalização nas Escolas Municipais de Educação Infantil integral (EMEIs) aos alunos na faixa etária de 3 anos e 11 meses a 5 anos e nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) aos alunos dos anos iniciais, 1º ano ao 5º ano, e Atividades de Prática Instrumental e de Coral aos alunos das EMEFs**, conforme os Anexos IV e V do presente Edital.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante e indissociável do

presente TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

**Subcláusula única.** Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por apostilamento ao plano de trabalho original, ou termo aditivo, conforme disposto no Artigo 30, da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste TERMO DE COLABORAÇÃO será de **24 meses** a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, de acordo com o artigo 14 da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022, nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 2014, e *sendo que nos casos de celebração de termo de colaboração para execução de atividade, o prazo de que trata o caput do Artigo 14 da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022, desde que tecnicamente justificado, poderá ser de até dez anos:*

- I. mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, desde que autorizada pela Administração Pública e
- II. de ofício, por iniciativa da Administração Pública, quando esta der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

**Parágrafo único:** Vigência: XX/XXX/XXXX a XX/XXX/XXXX.

### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para a execução das atividades constantes neste TERMO DE COLABORAÇÃO, serão disponibilizados recursos pelo Município de Mogi Guaçu/SP no valor total anual de **R\$ 964.000,00 (novecentos e sessenta e quatro mil reais)**, conforme cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, as seguintes contas da Educação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
Unidade: 12.367.2001.2043	Despesa: 3.3.50.39.1	Dotação: 754	TESOURO

**Subcláusula Única:** O valor total da parceria no período de 24 meses será de **R\$ 964.000,00 (novecentos e sessenta e quatro mil reais)**, sendo distribuído por ano:

Ano	Valor
<b>ANO 1 (12 MESES)</b>	R\$ 474.000,00
<b>ANO 2 (12 MESES)</b>	R\$ 490.000,00

### CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação do recurso financeiro se dará em **parcelas mensais**, em estrita conformidade com o Cronograma de Desembolso, o qual guardará consonância com as metas da parceria, ficando a liberação condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

**Subcláusula Primeira.** As parcelas dos recursos ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no TERMO DE COLABORAÇÃO;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

**Subcláusula Segunda.** A verificação das hipóteses de retenção previstas na Subcláusula Primeira ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

- I. a verificação da existência de denúncias aceitas;
- II. a análise das prestações de contas anuais;
- III. as medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e
- IV. a consulta aos cadastros e sistemas que permitam aferir a regularidade da parceria.

**Subcláusula Terceira.** Conforme disposto no inciso II do caput do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, o atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no TERMO DE COLABORAÇÃO, nos termos da Subcláusula Primeira, inciso II, desta Cláusula.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos referentes ao presente TERMO DE COLABORAÇÃO, desembolsados pelo Município de Mogi Guaçu, serão repassados para a conta corrente:

Fonte	Agência	Banco	Conta corrente
Tesouro Municipal (754)			

**Subcláusula Primeira.** Os recursos depositados na conta bancária específica do TERMO DE COLABORAÇÃO serão aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

**Subcláusula Segunda.** Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras poderão ser aplicados no objeto deste instrumento desde que haja solicitação fundamentada da OSC e autorização da Administração Pública, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**Subcláusula Terceira.** A conta referida no caput desta Cláusula será em instituição financeira pública determinada pela Administração Pública e isenta da cobrança de tarifas bancárias.

**Subcláusula Quarta.** Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.



**Subcláusula Quinta.** Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie, devidamente justificado no plano de trabalho.

**Subcláusula Sexta.** Caso os recursos depositados na conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o TERMO DE COLABORAÇÃO será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública municipal.

**Subcláusula Sétima:** Fica condicionado o uso de saldo remanescente a apresentação de Prestação de Contas Anual que comprove o valor do saldo em conta corrente, estando quites com a Administração Pública.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA OSC**

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO deverá ser executado fielmente pelas Partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas aplicáveis, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução ou execução parcial, sendo vedado à OSC utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria.

**Subcláusula Primeira.** A Administração Pública e a OSC, para a execução fiel do TERMO DE COLABORAÇÃO, designarão os seguintes representantes:

#### **DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**

– GESTOR TITULAR DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação

NOME: ÉVERTON ROBERTO RODRIGUES

CARGO: Professor de Educação Básica II

CPF: 363.421.208-03

E-mail: terceirosetor@edu.mogiguacu.sp.gov.br

- GESTOR SUBSTITUTO DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

NOME: ROSIMEIRI LORCA GIMENES

CARGO: Professor

CPF: 260.433.848-33

E-mail: terceirosetor@edu.mogiguacu.sp.gov.br

#### **DA OSC:**

- GESTOR DO TERMO DE COLABORAÇÃO:

NOME: .....

FUNÇÃO: .....

RG Nº .....

E-mail: .....@.....com.br

**Subcláusula Segunda.** Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Av. Bandeirantes, 945 – Pq. Cidade Nova – Mogi Guaçu – SP – CEP 13.845-440.

Fone (19) 3831-9785– E-mail: terceirosetor@edu.mogiguacu.sp.gov.br

à Administração Pública cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I. promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;
- II. prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO em toda a sua extensão e no tempo devido;
- III. monitorar e avaliar a execução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria, diligências e visitas *in loco*, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados, observando o prescrito na Cláusula Décima;
- IV. comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- V. analisar os relatórios de execução do objeto;
- VI. analisar os relatórios de execução financeira;
- VII. receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do TERMO DE COLABORAÇÃO, nos termos do art. 30 da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022;
- VIII. instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos do artigo 31 da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022;
- IX. designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e pelas demais atribuições constantes na legislação regente;
- X. retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XI. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XII. reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XIII. prorrogar de “ofício” a vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XIV. publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do TERMO DE COLABORAÇÃO;

- XV. divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XVI. exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;
- XVII. informar à OSCs atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- XVIII. analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;
- XIX. aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

**Subcláusula Terceira.** Além das obrigações constantes na legislação que rege o presente instrumento e dos demais compromissos assumidos neste instrumento, cabe à OSC cumprir as seguintes atribuições, responsabilidades e obrigações:

- I. executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014;
- II. zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- III. garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;
- IV. manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este TERMO DE COLABORAÇÃO em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- V. não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;
- VI. apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
- VII. executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;
- VIII. prestar contas à Administração Pública, mensalmente e ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do art. 36, da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022;
- IX. responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Av. Bandeirantes, 945 – Pq. Cidade Nova – Mogi Guaçu – SP – CEP 13.845-440.

Fone (19) 3831-9785– E-mail: terceirosetor@edu.mogiguacu.sp.gov.br

X. permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado, a todos os documentos relativos à execução do objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

XI. quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste TERMO DE COLABORAÇÃO:

a. utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;

b. garantir sua guarda e manutenção;

c. comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;

d. arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;

e. em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;

f. durante a vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.

XII. por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste TERMO DE COLABORAÇÃO, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII. manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIV. manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este TERMO DE COLABORAÇÃO, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

XV. garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

XVI. observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;

XVII. comunicar à Administração Pública suas alterações estatutárias, após o registro em cartório;

XVIII. divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

XIX. submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

XX. responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de



investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXI. responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste TERMO DE COLABORAÇÃO, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública federal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014;

XXII. quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

#### **CLÁUSULA OITAVA– DA ALTERAÇÃO**

Este TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser modificado, em suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto nos arts. 57 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 30 da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022.

**Subcláusula Primeira.** Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

#### **CLÁUSULA NONA– DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES**

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela Administração Pública, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública municipal.

**Subcláusula Primeira.** A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no plano de trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração de relatório, quando for o caso.

**Subcláusula Segunda.** Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.



**Subcláusula Terceira.** A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

**Subcláusula Quarta.** Na gestão financeira, a Organização da Sociedade Civil poderá:

I - pagar despesa em data posterior ao término da execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, mas somente quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

II - incluir, dentre a Equipe de Trabalho contratada, pessoas pertencentes ao quadro da organização da sociedade civil, inclusive os dirigentes, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista.

**Subcláusula Quinta.** É vedado à OSC:

I - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

II - contratar, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança do Município de Mogi Guaçu, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

III- pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido em data anterior à entrada em vigor deste instrumento.

**Subcláusula Sexta.** É vedado à Administração Pública Municipal praticar atos de ingerência na seleção e na contratação de pessoal pela organização da sociedade civil ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

**Subcláusula Sétima:** As contratações de recursos humanos, quando pagos integralmente com os recursos desta parceria, deverão obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade.

**Subcláusula Oitava:** VÍNCULO TRABALHISTA – Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídica/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a Administração Pública e o pessoal que a OSC utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste instrumento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO**

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela Administração Pública por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

**Subcláusula Primeira.** As ações de monitoramento e avaliação contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria,

além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes relacionadas à parceria.

**Subcláusula Segunda.** No exercício das ações de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto da parceria, a Administração Pública:

I- designará o gestor da parceria, agente público responsável pela gestão da parceria, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização (art. 2º, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

II- designará a comissão de monitoramento e avaliação, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar a parceria, constituído por ato específico publicado em meio oficial de comunicação (art. 2º, inciso XI, da Lei nº 13.019, de 2014);

III- emitirá relatório(s) técnico(s) de monitoramento e avaliação, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução da presente parceria, para fins de análise da prestação de mensal e final, quando for o caso (art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014);

IV- realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas (art. 32 da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022);

V- realizará, sempre que possível, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas (art. 58, §2º, da lei nº 13.019, de 2014);

VI- examinará o(s) relatório(s) de execução do objeto e, quando for o caso, o(s) relatório(s) de execução financeira apresentado(s) pela OSC, na forma e prazos previstos na legislação regente e neste instrumento (art. 66, caput, da Lei nº 13.019, de 2014);

VII- poderá valer-se do apoio técnico de terceiros (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

VIII- poderá delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos (art. 58, §1º, da Lei nº 13.019, de 2014);

IX- poderá utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação.

**Subcláusula Terceira.** Observado o disposto nos §§ 3º, 6º e 7º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014, a Administração Pública designará servidor público que atuará como gestor da parceria e ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 daquela Lei e pelas demais atribuições constantes na legislação regente. Dentre outras obrigações, o gestor é responsável pela emissão do parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final.

**Subcláusula Quarta.** A comissão de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso II da Subcláusula Segunda, é a instância administrativa colegiada responsável pelo monitoramento do conjunto de parcerias, pela proposta de aprimoramento dos procedimentos, pela padronização de objetos, custos e indicadores e pela produção

de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e a homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.

**Subcláusula Quinta.** A comissão se reunirá periodicamente a fim de avaliar a execução das parcerias por meio da análise das ações de monitoramento e avaliação previstas nesta Cláusula, podendo solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado para subsidiar seus trabalhos.

**Subcláusula Sexta.** A comissão de monitoramento e avaliação deverá ser constituída por maioria dos seus membros por servidores ocupante de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal da administração pública municipal, devendo ser observado o disposto no art. 31 da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022, sobre a declaração de impedimento dos membros que forem designados.

**Subcláusula Sétima.** No caso de parceria financiada com recursos de fundo específico, o monitoramento e a avaliação serão realizados pelo respectivo conselho gestor (art. 59, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014). Nesta hipótese, o monitoramento e a avaliação da parceria poderão ser realizados por comissão de monitoramento e avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei nº 13.019, de 2014 e de seu regulamento.

**Subcláusula Oitava.** O relatório técnico de monitoramento e avaliação, de que trata o inciso III da Subcláusula Segunda, deverá conter os elementos dispostos no §1º do art. 59 da Lei nº 13.019, de 2014.

**Subcláusula Nona.** A visita técnica *in loco*, de que trata o inciso IV da Subcláusula Segunda, não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela administração pública municipal, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.

**Subcláusula Décima.** Sempre que houver a visita, o resultado será circunstanciado em relatório de visita técnica *in loco*, que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério da administração pública municipal. O relatório de visita técnica *in loco* deverá ser considerado na análise da prestação de contas (art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014).

**Subcláusula Décima Primeira.** A pesquisa de satisfação, de que trata o inciso V da Subcláusula Segunda, terá por base critérios objetivos de apuração da satisfação dos beneficiários e de apuração da possibilidade de melhorias das ações desenvolvidas pela OSC, visando a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados e com a reorientação e o ajuste das metas e das ações definidas.

**Subcláusula Décima Segunda.** Sempre que houver pesquisa de satisfação, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências.

**Subcláusula Décima Terceira.** Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelo conselho de política pública setorial eventualmente existente na esfera de governo municipal. A presente parceria estará também sujeita aos mecanismos de controle social previstos na legislação específica (art. 60 da Lei nº 13.019, de 2014).

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser:

- I- extinto por decurso de prazo;
- II- extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
- III- denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
- IV- rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
  - a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
  - b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
  - c) omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
  - d) violação da legislação aplicável;
  - e) cometimento de falhas reiteradas na execução;
  - f) malversação de recursos públicos;
  - g) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
  - h) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
  - i) descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
  - j) paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
  - k) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo dirigente máximo da entidade da administração pública municipal; e
  - l) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

**Subcláusula Primeira.** A denúncia só será eficaz 60 (sessenta) dias após a data de recebimento da notificação, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

**Subcláusula Segunda.** Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

**Subcláusula Terceira.** Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.



**Subcláusula Quarta.** Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

**Subcláusula Quinta.** Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.

**Subcláusula Sexta.** Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS**

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste TERMO DE COLABORAÇÃO, a OSC deverá restituir os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**Subcláusula Primeira.** Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I. nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal; e

II. nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou

b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea “a” deste inciso, com subtração de eventual período de inércia do Município de Mogi Guaçu.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES**

Os bens patrimoniais adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos repassados pela Administração Pública são da titularidade da OSC e ficarão afetados ao objeto da presente parceria durante o prazo de sua duração, sendo considerados bens remanescentes ao seu término, dispensada a celebração de instrumento específico para esta finalidade.

**Subcláusula Primeira.** Os bens patrimoniais de que trata o *caput* deverão ser gravados com cláusula de inalienabilidade enquanto viger a parceria, sendo que, na hipótese de extinção da OSC durante a vigência do presente instrumento, a propriedade de tais bens será transferida à Administração Pública. A presente cláusula formaliza a promessa de transferência da propriedade de que trata o §5º do art. 35 da Lei nº 13.019, de 2014.



**Subcláusula Segunda.** Quando da extinção da parceria, os bens remanescentes permanecerão na propriedade da OSC, na medida em que os bens serão úteis à continuidade da execução de ações de interesse social pela organização.

**Subcláusula Terceira.** Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

- I. não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou
- II. o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

**Subcláusula Quarta.** Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

**Subcláusula Quinta.** A OSC poderá realizar doação dos bens remanescentes a terceiros, inclusive beneficiários da política pública objeto da parceria, desde que demonstrada sua utilidade para realização ou continuidade de ações de interesse social.

**Subcláusula Sexta.** Os bens remanescentes poderão ter sua propriedade revertida para o órgão ou entidade pública municipal, a critério da Administração Pública, se ao término da parceria ficar constatado que a OSC não terá condições de dar continuidade à execução de ações de interesse social e a transferência da propriedade for necessária para assegurar a continuidade do objeto pactuado, seja por meio da celebração de nova parceria, seja pela execução direta do objeto pela Administração Pública Municipal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS MENSAL**

A partir do recebimento do recurso, a organização da sociedade civil está obrigada a prestar as contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, até o dia **15 (quinze)** do mês subsequente, devendo conter folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica e deve ser composto dos seguintes documentos, de responsabilidade da OSC, dirigido por ofício a Unidade Gestora:

- **RELATÓRIO MENSAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO:** Demonstrativo do cumprimento das atividades previstas mensalmente, conforme previsto no Plano de Trabalho.
- **RELATÓRIO FINANCEIRO:** assinado pelo seu representante legal, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:
  - a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela OSC beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos, bem como aplicações financeiras;
  - b) cópia das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas;

- c) comprovante da devolução do saldo remanescente, porventura existente, à Unidade Gestora;
- d) comprovantes da despesa, emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada (nota fiscal) com os devidos termos de aceite;
- e) procedimentos de cotação para cada despesa informada ou justificada;
- f) cópia dos contratos de prestações de serviços;
- g) Certidões negativas;
- h) Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP - completa;
- i) GPS - Guia da Previdência Social – completa.
- j) RP 10 – Demonstrativo Integral de Receitas e Despesas;
- k) Relação de gastos mensal;
- l) Conciliação Bancária
- m) Memória de cálculo.

**Subcláusula Primeira.** A Organização da Sociedade Civil terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável no máximo por igual período, para a correção da prestação de contas, não conseguindo saná-las tronar-se-á inadimplente e deverá devolver os recursos, parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise.

**Subcláusula Segunda.** A Comissão de Avaliação e Monitoramento emitirá relatório quadrimestral.

**Subcláusula Terceira.** A Comissão quando da emissão dos relatórios deverão apontar as incoerências na execução do plano de trabalho, cumprimento de metas e execução financeira conforme objeto:

**I – O descumprimento de metas será glosado;**

**II – O uso inadequado do recurso financeiro será glosado e acarretará devolução;**

#### **Subcláusula Quarta**

A Organização da Sociedade Civil emitirá **RELATÓRIO TRIMESTRAL DE RESULTADOS**: Demonstrativo do cumprimento de metas e apresentação de resultados conforme previsto no Plano de Trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL**

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, observando-se as regras previstas nos arts. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, e nos arts. 36 a 38 da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022, além das cláusulas constantes deste instrumento e do plano de trabalho.

**Subcláusula Primeira.** A prestação de contas terá o objetivo de demonstrar e verificar resultados e deverá conter elementos que permitam avaliar a execução do objeto e o alcance das metas. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam à Administração Pública avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

**Subcláusula Segunda.** Para fins de prestação de contas final, a OSC deverá apresentar Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de 30 (*trinta*) dias a partir do término da vigência da parceria. Tal prazo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

**Subcláusula Terceira.** O Relatório Final de Execução do Objeto conterá:

- I- folhas sequenciais numeradas em ordem cronológica;
- II- relatório técnico de execução do objeto, elaborado pela OSC, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma físico;
- III- lista de atendidos durante a vigência do contrato;
- IV- ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, dirigido ao responsável da Unidade Gestora, assinado pelo presidente da organização da sociedade civil;
- V- declaração firmada pelo dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados;
- VI- a demonstração do alcance das metas referentes ao período de toda a vigência da parceria, com comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- VII- relatório de execução financeira assinado pelo seu representante legal, com a relação das despesas e receitas efetivamente realizadas e vinculadas com a execução do objeto composto dos seguintes documentos:
  - a) original do extrato bancário da conta específica mantida pela OSC beneficiada, evidenciando o ingresso e a saída dos recursos, bem como aplicações financeiras;
  - b) comprovante da devolução do saldo remanescente, porventura existente, ao erário;
- VIII- a descrição das ações (atividades e/ou projetos) desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
- IX- os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como lista de presença, fotos, vídeos, entre outros;
- X- os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens e serviços, quando houver;
- XI- justificativa, quando for o caso, pelo não cumprimento do alcance das metas;
- XII- a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias.

**Subcláusula Quarta.** O Relatório Final de Execução do Objeto deverá, ainda, fornecer elementos para avaliação:

- I- dos resultados alcançados e seus benefícios;
- II- dos impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;
- III- do grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros; e
- IV- da possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

**Subcláusula Quinta.** As informações de que trata a *Subcláusula anterior* serão fornecidas por meio da apresentação de documentos e por outros meios previstos no plano de trabalho.

**Subcláusula Sexta.** A análise da prestação de contas final pela Administração Pública será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo emitido pelo gestor da parceria, no prazo de 10 (dez) dias úteis, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no plano de trabalho, e considerará:

- I- Relatório Final de Execução do Objeto;
- II- Os Relatórios Parciais de Execução do Objeto, para parcerias com duração superior a um ano;
- III- relatório de visita técnica *in loco*, quando houver; e
- IV- relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver (parcerias com vigência superior a um ano).

**Subcláusula Sétima.** Na hipótese de a análise de que trata a *Subcláusula Sexta* concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente a correção da prestação de contas, no prazo de 15 (quinze) dias prorrogáveis por igual período, não conseguindo saná-las tornar-se-á inadimplente e deverá devolver os recursos parcialmente ou integralmente, corrigido monetariamente, conforme análise.

**Subcláusula Oitava.** Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes (art. 64, §2º, da Lei nº 13.019, de 2014).

**Subcláusula Nona.** Observada a verdade real e os resultados alcançados será emitido o parecer técnico conclusivo da prestação de contas final, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, que embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

- I- aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;
- II- aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou
- III- rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:
  - a) omissão no dever de prestar contas;
  - b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;
  - c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; ou
  - d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

**Subcláusula Décima.** Em caso de devolução dos recursos ou saneamento da prestação de contas por parte da organização da sociedade civil, a Unidade Gestora certificará e encaminhará ao responsável para baixa contábil e arquivamento do processo.

**Subcláusula Décima Primeira.** Na hipótese de rejeição da prestação de contas, o não ressarcimento ao erário ensejará:

- I- a instauração da tomada de contas especial, nos termos da legislação vigente; e



II- o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no Tribunal de Contas do Estado, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

**Subcláusula Décima Segunda.** A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução da parceria pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

**Parágrafo único:** Ao final de cada exercício a OSC deverá realizar a Prestação de Contas Anual, independente da vigência do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2004, da Lei Municipal nº 5.636, de 25 de agosto de 2022, de 2016, e da legislação específica, a administração pública Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I- advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da administração pública federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III- declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município de Mogi Guaçu, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública municipal pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

**Subcláusula Primeira.** A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela OSC no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.

**Subcláusula Segunda.** A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública federal.

**Subcláusula Terceira.** É facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vista dos autos processuais.

**Subcláusula Quarta.** A aplicação das sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade é de competência exclusiva do responsável pela Unidade Gestora.

**Subcláusula Quinta.** Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nesta Cláusula caberá recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de ciência da decisão. No caso da competência exclusiva do responsável pela



Unidade Gestora prevista na *Subcláusula anterior*, o recurso cabível é o pedido de reconsideração.

**Subcláusula Sexta.** Na hipótese de aplicação de sanção de suspensão temporária ou de declaração de inidoneidade, a OSC deverá ser inscrita, como inadimplente no Tribunal de Contas do Estado, enquanto perdurarem os efeitos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

**Subcláusula Sétima.** Prescrevem no prazo de 05 (cinco) anos as ações punitivas da administração pública municipal destinadas a aplicar as sanções previstas nesta Cláusula, contado da data de apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria, no caso de omissão no dever de prestar contas. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo destinado à apuração da infração.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO**

Em razão do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação do Município de Mogi Guaçu.

**Subcláusula única.** A publicidade de todos os atos derivados do presente TERMO DE COLABORAÇÃO deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

A eficácia do presente TERMO DE COLABORAÇÃO ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação ou redução da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pelo Município de Mogi Guaçu.

#### **CLÁUSULA NONA– DA CONCILIAÇÃO E DO FORO**

As controvérsias decorrentes da execução do presente TERMO DE COLABORAÇÃO que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os partícipes deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Município de Mogi Guaçu, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria, assegurada a prerrogativa de a organização da sociedade civil se fazer representar por advogado, observado o disposto no inciso XVII do *caput* do art. 42 da Lei nº 13.019, 2014.

**Subcláusula Única.** Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste TERMO DE COLABORAÇÃO o foro da Justiça Estadual.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado

conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Mogi Guaçu/SP, ..... de ..... de 20xx.

Município de Mogi Guaçu  
Nome do prefeito  
Legal  
Prefeito/CPF

OSC  
Representante  
Presidente/CPF

**TESTEMUNHAS:**

Nome:  
Identidade:  
CPF:

Nome:  
Identidade:  
CPF:

**ANEXO IX**  
**MINUTA**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO**

*(redação dada pela Resolução nº 11/2021)*

**ÓRGÃO PÚBLICO:** Prefeitura Municipal de Mogi Guaçu

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:** XXXX

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº XX/2022**

**OBJETO:** Atividades de musicalização nas Escolas Municipais de Educação Infantil integral (EMEIs) aos alunos na faixa etária de 3 anos e 11 meses a 5 anos e nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs) aos alunos dos anos iniciais, 1º ano ao 5º ano, e atividades de prática instrumental e de coral aos alunos das EMEFs.

**VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): R\$ XXXX**

**EXERCÍCIO:** 2022

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

MOGI GUAÇU, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: RODRIGO FALSETTI

Cargo: PREFEITO

CPF: 268.525.708-00

**ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: PAULO ALEXANDRE PALIARI

Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CPF: 168.507.018-35

Assinatura: \_\_\_\_\_

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:**

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: RODRIGO FALSETTI

Cargo: PREFEITO

CPF: 268.525.708-00

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:**

**PELA ENTIDADE PARCEIRA:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

**RESPONSÁVEL POR PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ENTIDADE PARCEIRA**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR DA PARCERIA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **GESTOR DA PARCERIA PELA ENTIDADE PARCEIRA**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **EMITENTE DE PARECER TÉCNICO OU JURÍDICO**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(1) Valor repassado e exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(\*)O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*